

Acção Socialista

Nº 1230 - 27 Outubro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



ORÇAMENTO 2005 CONTAS FALSAS



A proposta de Orçamento de Estado para 2005 é profundamente negativa. Acena com um pequeno conjunto de promessas demagógicas e eleitoralistas, construídas sobre uma previsão de crescimento económico e de andamento da inflação extremamente irrealistas. De facto, tal como está, o OE penalizará fortemente as classes médias, agravará a dívida pública e resultará num défice real

superior a 3 por cento, que só o recurso, mais uma vez, a receitas extraordinárias e truques contabilísticos permitirá camuflar. O objectivo do Governo é claro: tentar enganar os cidadãos, apresentando contas falsas. Os portugueses já demonstraram que não se deixam enganar pela dupla Santana Lopes/Bagão Félix.

7 a 9

REGIONAIS 2004

Resultados históricos nos Açores e Madeira

4

INICIATIVA

Sócrates lança Conselho Económico do PS

3

ENTREVISTA

António Costa: Governo passou à fase de negar a realidade

10 e 11

EUROPA

Socialistas votam contra Comissão Barroso

15

SCUT'S

As mentiras do Governo e os argumentos do PS

12 e 13

**PAGAR PORTAGEM
NÃO É ALTERNATIVA.**



POLÍTICA E ORÇAMENTO QUE DÚVIDAS?

1. A proposta de OE para 2005 deixa muitas dúvidas. Falta-lhe consistência e clareza quanto aos objectivos estratégicos. Sem que haja uma justificação que não seja puramente eleitoralista, fica-nos um forte sentimento de perplexidade — pela interrupção das tentativas (sem êxito) de consolidação orçamental e pelo esquecimento dos compromissos europeus nesse domínio. Dir-se-á que um Pacto de Estabilidade morto não tem de ser cumprido, no entanto, se é esta a atitude prevalecente, não se entende a renúncia a uma participação activa no debate sobre a revisão dos regulamentos de 1997, impostos pela Alemanha de Theo Waigel. A verdade é que precisamos de um debate sério sobre a revisão dessa camisa-de-forças, no que ela tem de arbitrário e de incapacidade de distinguir as diferenças e as especificidades de cada economia, em especial no tocante às necessárias políticas activas de emprego.
2. Portugal, em lugar de se deixar ficar num lugar subalterno do debate europeu, com o falso argumento de que já temos o presidente da Comissão Europeia, tem de se assumir como um país activo nos novos debates, na apresentação de novas propostas e sobretudo na adopção de instrumentos que poderão prejudicar Estados como o nosso. No caso do “governo económico da União”, sobre o qual o silêncio do nosso Executivo tem sido sepulcral, temos de ser claríssimos em, pelo menos, três pontos: (a) a competitividade económica tem de ser concebida em ligação com a convergência real entre economias da UE, na linha da Estratégia de Lisboa; (b) a convergência real entre as economias europeias tem de constituir o primeiro designio comunitário, em nome do pleno emprego, da coesão económica, social e cultural e da solidariedade cívica; e (c) tem de haver maior ligação entre o esforço de consolidação orçamental, de um lado, e a salvaguarda da sustentabilidade das políticas sociais, de outro, com base na plurianualidade, nos orçamentos anticíclicos (e não pró-cíclicos como o de 2005) na defesa do pleno emprego, na avaliação dos investimentos reprodutivos relevantes e, last but not the least, na adopção de um novo conceito dinâmico de “convergência social” (dele falou o saudoso professor António Sousa Franco) e que deve aliar o rigor orçamental à consciência social e a eficiência de mercado à justiça — em nome do “capital social” que liga a confiança, a eficácia, a credibilidade e a consciência pessoal sobre a importância do bem comum.
3. Em Portugal, o défice orçamental efectivo, sem receitas extraordinárias, para 2004 é, segundo números oficiais, de pelo menos 4,8 por cento do produto. Com o OE suplementar para 2004, a dívida pública ultrapassará perigosamente a barreira dos 60 por cento do PIB. O cenário é muito frágil. Cresceremos a 2,4 por cento do PIB num ano? Os especialistas independentes descreem. Há muitos desejos piedosos. Faltam explicações creíveis. Baixam alguns escalões do IRS? As reduções são quase imperceptíveis, mas constituem um sinal

negativo dado à poupança, pelo fim dos benefícios fiscais nos planos e contas. O aforro é desvalorizado a favor do consumo. E como se vai compensar a quebra nas cobranças? Os ajustamentos dos escalões do IRS sentir-se-ão já em 2005, mas o fim dos benefícios só em 2006. Ninguém sabe o que irá acontecer. O sinal da baixa de impostos já está a causar alarme na Comissão Europeia e no BCE. Ainda por cima, o final de 2004 e o ano de 2005 serão marcados por uma forte pressão dos preços do petróleo nos mercados internacionais, a que se deve somar o aumento da procura induzido pelo consumo nacional. E o combate à fraude e à evasão fiscais? Não há consciência de que o fim dos benefícios fiscais pode aumentar a fraude e um planeamento fiscal contrário à eficiência da administração fiscal? Onde está o respeito das garantias dos contribuintes? Como evitar que se ponha no mesmo saco da suspeição os contribuintes relapsos e os contribuintes cumpridores?

4. E a despesa pública? Eis um mistério a desvendar. Como se demonstra a viabilidade da redução, em termos reais, da despesa corrente primária? Que receitas extraordinárias irão ser inventadas? Onde estão os meios para pagar os vencimentos dos funcionários e para garantir os aumentos salariais? Há Ministérios que se propõem pagar vencimentos de funcionários de quadro pelo PIDDAC, o que é impensável. Por que motivo se esqueceram as medidas de reforma da Administração Pública, indispensáveis para que haja autêntica redução da despesa corrente primária? As cativações previstas nos investimentos sofrem um aumento em relação a anos anteriores, o que conduz a uma diferença assinalável entre o investimento anunciado e o investimento a realizar. Como se pretende pôr a economia real a crescer mais ao serviço de todos e não apenas de alguns? Onde estão as prioridades políticas? Nem uma palavra sobre as políticas activas de emprego, de educação e de formação profissional, tecnológica e científica. Em que se fundamenta o modelo de crescimento? Procura-se. Não se encontra credivelmente. Ficamos perplexos e confusos.
5. A questão fundamental é política. Não basta dizer que se vai abrir os cordões à bolsa. Não podemos esquecer que se o impropriamente designado Pacto de Estabilidade e Crescimento se tornar mais flexível e menos estúpido, deixaremos de ter argumentos para não cumprir (sobretudo se nada dissermos sobre a reforma que desejamos, que não pode penalizar os países que precisam de mais investimento reprodutivo para ultrapassar o atraso económico e social). Contaremos, por isso, com um endurecimento da Comissão Europeia (e da Alemanha) na aplicação dos regulamentos de 1997 sobre défices, porque a flexibilidade e a ponderação do ciclo, bem como o investimento e a dívida pública, só poderão dar frutos (dirão os principais países do euro) com uma maior disciplina selectiva, pouco compatível com populismos eleitoralistas e saltos no escuro...



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

E a despesa pública? Eis um mistério a desvendar. Como se demonstra a viabilidade da redução, em termos reais, da despesa corrente primária? Que receitas extraordinárias irão ser inventadas? Onde estão os meios para pagar os vencimentos dos funcionários e para garantir os aumentos salariais?

100 DIAS NA QUINTA DAS NULIDADES

ANTOONIO COLAÇO

-OI CONDI PAULO, QUÉQUI VOCÊ ACHA DO NOSSO GOVERNO 100 DIAS DJIPOIS:

- Governo mais pequeno que o anterior.
- Ministério da Economia no Porto.
- Ministério do Turismo no Algarve.
- Ministério da Agricultura em Santarém.
- Discurso de tomada de posse do Governo.
- Atraso do início das aulas para Outubro.
- Anúncio da não descida do IRC em 2005.
- Luis Delgado Administrador-Delegado da Lusomundo.
- Mira Amaral reformado da CGD com 18 000 euros mensais.
- Celeste Cardona administradora da CGD.
- Anúncio do Ataque aos PPR's, Contas Poupança habitação e outros mecanismos de poupança.
- SCUTS com portagens.
- O pacto secreto desmentido entre Portas e Santana.
- A cabala entre o Expresso, o Público e o Prof. Marcelo.
- A não sesta antes da ida à Modalisboa.
- Os Professores que vão assessorar juízes.
- Os túneis do Rossio e das Amoreiras.
- PÉÉÉDRO, VOCÊ É UM MOCETÃO QUERIDO MAS ISTO PRA MIM TÁ A FICAR UMA MAÇADA!!!



SÓCRATES LANÇA CONSELHO ECONÓMICO DO PS

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2005 está "viciada", declarou José Sócrates no final dos trabalhos da reunião inaugural do Conselho Económico do PS, recém-criado órgão de consulta do secretário-geral socialista, o qual tem a sua origem no chamado "grupo da Lapa" que já vinha aconselhando o anterior líder do PS. Sócrates saiu deste primeiro encontro com a certeza de que o projecto orçamental do Governo não tem credibilidade como demonstra o facto de recorrer sistematicamente a receitas extraordinárias para resolver o problema do défice.

"As verbas extraordinárias são uma espécie de droga, que deixam efeitos na saúde da economia", alertou, para de seguida sublinhar que elas são "um recurso negativo".

Outra falha nas finanças do Estado, para o secretário-geral socialista encontra-se na penalização da classe média, que qualificou como "bode expiatório" do OE da direita.

Os cortes nos benefícios fiscais, sublinhou igualmente José Sócrates, "são um ataque aos suspeitos do costume que pagam sempre os seus impostos".

Perante isto, o PS vai propor a revogação desses cortes. Se aquela medida,



contudo, vier a prevalecer, a bancada socialista rejeitará o OE para 2005.

José Sócrates assegurou, por outro lado, que o partido apresentará propostas orçamentais alternativas às do Executivo e sustentou que o défice real, acima dos 4 por cento, demonstra "o falhanço da política económica da coligação PSD/CDS-PP".

De destacar ainda que o primeiro Conselho Económico realizou-se no passado dia 16 de Outubro e contou com

a participação de cerca de 20 especialistas nas áreas económica e financeira, na sua grande maioria independentes, casos de Teodora Cardoso, Silva Lopes, Campos e Cunha, José Amaral, Vítor Martins, Vítor Santos e Rui Coimbra.

Estiveram também presentes os socialistas João Cravinho, Pina Moura, Eduardo Cabrita, Guilherme d'Oliveira Martins, Vieira da Silva e Joel Hasse Ferreira.

CASO MARCELO É NÓDOA QUE PERSEGUIRÁ SANTANA

À margem do encontro do Conselho Económico, José Sócrates voltou a referir-se ao caso Marcelo que entretanto conheceu novos desenvolvimentos.

O secretário-geral do PS venceu então o novo golpe desferido contra a credibilidade do primeiro-ministro e do Governo.

Na opinião do líder socialista, as recentes declarações do professor só confirmaram que o seu abandono do jornal dominical da TVI resultou de "uma pressão do Governo". Já no debate mensal com o primeiro-ministro na Assembleia da República Sócrates não esqueceu esta grave questão que envolve a coligação de direita no poder na tentativa de condicionamento dos media, advertindo então Santana de que o caso será "uma nódoa que o perseguirá até ao fim", porque o que se passou foi "indigno de um partido democrático".

Recorde-se, também a propósito, que o Presidente da República alertou, em entrevista a uma rádio nacional, para a existência de "novas formas de censura encapotada" entre os media portugueses.

SECRETARIADO NACIONAL DISTRIBUI PELOUROS



O Secretariado Nacional do PS, na sua primeira reunião após o XIV Congresso socialista, procedeu à análise da situação política nacional e à atribuição de pelouros na direcção do partido.

As decisões foram anunciadas aos jornalistas pelo novo porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, que também será o responsável pela área da comunicação. A Marcos Perestrello foi atribuído o pelouro da organização e aos secretários nacionais adjuntos Ascenso Simões e Fernando Serrasqueiro as áreas da

administração e das finanças internas do partido, respectivamente. Para as relações internacionais foi designado Luís Amado. José Lello ficou com os pelouros da defesa nacional e das comunidades portuguesas, enquanto António Costa e Edite Estrela dividirão responsabilidades no que respeita aos assuntos europeus. Já Idália Moniz ficará com a tutela dos assuntos culturais, enquanto Ana Paula Vitorino será responsável pelos pelouros das obras públicas, transportes e habitação.

A ligação da direcção do PS com o fórum "Novas Fronteiras" ficou sob a alçada de Carlos Lage.

Como coordenador autárquico mantém-se Jorge Coelho e Viera da Silva assume o pelouro da economia e assuntos sociais na direcção dos socialistas.

Pedro Silva Pereira informou também que o presidente do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, foi convidado pelo secretário-geral, José Sócrates, a participar em todas as reuniões do Secretariado Nacional.

PS QUER REFERENDO AO TRATADO EUROPEU MAS SEM REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

O Partido Socialista vai empenhar-se na campanha a favor do Tratado constitucional da União Europeia, mas não considera necessária uma revisão da Constituição da República Portuguesa por causa do referendo europeu, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, à saída de uma reunião em S. Bento com o primeiro-ministro, Santana Lopes.

Acompanhado por uma delegação do PS composta pelo líder parlamentar, António José Seguro, o presidente do PS, Almeida Santos, e o responsável pelas Relações Internacionais do partido, Luís Amado, José Sócrates considerou essencial a realização do referendo sobre matéria europeia para que o projecto de construção da União Europeia tenha dimensão e para que os portugueses o possam aprovar.

José Sócrates reafirmou o empenho do PS na defesa do sim e defendeu que o referendo se realize até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, enquanto o PSD já propôs a data de 10 de Abril para a consulta. O PS considera importante que a consulta popular esteja separada por vários meses das eleições autárquicas, previstas para Outubro de 2005.

Por outro lado, o PS não considera necessário que se proceda a uma nova revisão Constitucional para que o referendo seja realizado. "Pensamos que é possível fazer uma pergunta com clareza a partir do actual quadro constitucional", afirmou o secretário-geral do PS. "Tal como o PS fez quando teve responsabilidades governativas, deve agora o Governo apresentar uma proposta de pergunta, para que seja discutida e aprovada na Assembleia da República, sendo depois submetida à apreciação do Tribunal Constitucional. Espero que o Governo e o PSD façam aquilo que têm a fazer, porque o tempo urge", concluiu José Sócrates.

ELEIÇÕES REGIONAIS

RESULTADO HISTÓRICO PARA O PS

O PS conseguiu um resultado histórico nas eleições regionais de 17 de Outubro. Nos Açores, Carlos César reforçou a maioria absoluta dos socialistas, com 56,9 por cento dos votos, e derrotou de forma estrondosa a coligação PSD/PP. Já na Madeira, os socialistas liderados por Jacinto Serrão obtiveram o seu melhor resultado de sempre, alcançando 27,52 por cento dos votos e aumentando em cerca de sete por cento a sua votação. É um "PS mais forte".

Nos Açores, onde Carlos César foi mandatado nas eleições de 17 de Outubro para mais quatro anos na presidência do Governo Regional, o PS não só ampliou a maioria absoluta na Assembleia Legislativa, que já tinha desde as regionais de 2000, como conseguiu uma votação, mais de 56 por cento, ao nível dos melhores resultados obtidos por Mota Amaral. Há quatro anos, o PS teve 49 por cento dos votos e mais deputados. Este ano subiu e tem agora 31 deputados regionais.

No discurso de vitória proferido no Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, Carlos César dirigiu-se aos açorianos, prometendo continuar a servir "sempre" e "em primeiro lugar" os interesses da "nossa terra".

Visivelmente feliz, e tendo sempre a seu lado a mulher, Luísa, o líder do PS/Açores considerou que a maioria absoluta representou "uma grande lição para o Governo da República", que ao envolver-se activamente, através do primeiro-ministro e de outros ministros na campanha, se tornou "co-responsável" pela derrota da coligação de direita.

"Quero dirigir uma saudação ao senhor primeiro-ministro. Dizer-lhe que é verdade que ele se excedeu, que se

envolveu nesta campanha, que é um derrotado nestas eleições. Mas como presidente do Governo ele é o meu primeiro-ministro enquanto não houver outro", disse.

E acrescentou que "a cooperação com este Governo" será a mesma para com "o Governo de José Sócrates, em 2006". Para Carlos César, "o envolvimento do Governo da República acaba por ter alguns aspectos positivos", já que, adiantou, "tomámos em devida nota as promessas. Não vão querer num futuro próximo ficar ainda pior do que ficaram nestas regionais".

Nada será como dantes na Madeira

Por sua vez, na Madeira, em circunstâncias particularmente difíceis e de todos conhecidas, o PS atingiu o seu melhor resultado de sempre na região, recolhendo 27,52 por cento dos votos, o que se traduz numa subida de cerca de 6,5 pontos percentuais. E também em número de mandatos, conseguiu 19, tinha 13, consolidando-se cada vez mais como uma verdadeira alternativa a 30 anos de poder de Jardim e do PSD.

Em conferência de Imprensa na sede dos



socialistas no Funchal, Jacinto Serrão congratulou-se com "o maior resultado de sempre do PS" na região, sublinhando que "a partir de hoje nada será como dantes na Madeira. O PS é a alternativa a este poder".

"Sabemos como a democracia e a oposição têm sido maltratadas na

região", disse, prometendo "não baixar os braços e continuar o nosso trabalho". Para Jacinto Serrão, o reforço que os eleitores depositaram no PS "é um sinal claro de que, de hora avante, nada será como antes", lembrando o contributo que os socialistas têm dado para "acabar com o clima de medo instalado".

Nestas eleições, sublinhou, "atingimos os nossos objectivos, a maior percentagem, o maior número de votos e o maior número de mandatos de sempre", garantindo ainda que os eleitos socialistas irão honrar todos os compromissos e conquistar mais eleitores.

J. C. C. B.

RESULTADOS COMPARATIVOS

AÇORES

	2000		2004	
	%	M	%	M
PS	49,6	30	56,96	31
PPD/PSD	32,45	18		
PPD/PSD - CDS-PP			36,83	21
CDS-PP	9,56	2		
PCP-PEV	4,85	2		

MADEIRA

	2000		2004	
	%	M	%	M
PS	20,94	13	27,52	19
PPD/PSD	55,97	41	53,67	44
CDS-PP	9,77	3	7,03	2
UDP	4,74	2		
PCP-PEV	4,57	2	5,51	2
BE			3,56	1

SOCIALISTAS MAIS FORTES NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

O secretário-geral socialista, José Sócrates, saudou «o resultado histórico» do PS nas regionais da Madeira e a "maior vitória de sempre" nos Açores, defendendo que o partido saiu mais forte destas eleições.

«O PS tem hoje, nos Açores e na Madeira, um resultado histórico. Nas duas Regiões Autónomas, obteve os melhores resultados eleitorais de sempre», afirmou José Sócrates, na sede do PS, sob o pano de fundo do slogan, «PS mais forte», escrito na tribuna.

«Nos Açores, Carlos César obtém a terceira vitória eleitoral, e sempre em crescendo, por uma única razão: a boa política do PS nos Açores», elogiou.

José Sócrates acrescentou, no entanto, que este resultado «vem demonstrar que a coligação PSD/CDS/PP é perdedora».

«A coligação PSD/CDS/PP não soma



votos, não acrescenta votos, ao contrário, diminui», declarou.

Em relação à Madeira, o novo líder do PS considerou existir, a partir de agora, «uma situação completamente nova», em que o

PS, ao subir cerca de sete por cento a sua votação, «começou a afirmar-se como alternativa política para o futuro».

Agradecendo aos líderes socialistas nos dois arquipélagos, Jacinto Serrão e Carlos

César, pela «afirmação do PS» nas duas regiões, José Sócrates reconheceu o contributo que as regionais trazem à sua liderança.

«Depois do último Congresso, não poderia haver melhor começo eleitoral para o PS», afirmou o secretário-geral socialista, concluindo que o partido atravessa «um bom momento» e a "coligação PSD/CDS-PP sai destas eleições mais fraca".

Nunca deixando de atribuir aos méritos ao Governo de Carlos César a vitória nos Açores, José Sócrates criticou a participação do primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, e do ministro da Defesa, Paulo Portas, na campanha eleitoral, sublinhando que o resultado «é também uma vitória contra pressões que o Governo da República quis exercer contra os Açores».

SÓCRATES ACUSA GOVERNO DE TENTAR CONDICIONAR COMUNICAÇÃO SOCIAL

O secretário-geral do PS, José Sócrates, acusou o Governo de estar a entrar numa "escalada de condicionamento" da Comunicação Social, desrespeitando o princípio constitucional da liberdade editorial.

José Sócrates falava no dia 20 no final de uma audiência de uma hora e 45 minutos com o Presidente da República, destinada a apresentar a Sampaio a nova direcção socialista.

Na audiência, no Palácio de Belém, José Sócrates fez-se acompanhar pelo presidente do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, e pelos secretários nacionais Pedro Silva Pereira, Luís Amado e Idália Moniz.

"O PS transmitiu ao Presidente da República a sua preocupação com o que está a acontecer na relação entre o Governo e a Comunicação Social", declarou José Sócrates à saída, referindo-se a recentes posições assumidas pelos ministros Rui Gomes da Silva e Nuno Morais Sarmiento.

Segundo o secretário-geral do PS, o país está a assistir "a uma escalada de condicionamento da comunicação social por parte do Governo, o que é inaceitável em democracia e impróprio de uma sociedade adulta".

"Dia 19, de manhã, ouvimos o ministro dos Assuntos Parlamentares a falar sobre um conluio entre jornais e um comentador. Na parte tarde do mesmo dia, ouvimos o ministro da Presidência dizer que há limites à independência do serviço público de televisão", apontou o líder socialista.

"Quando os portugueses esperavam que o Governo se concentrasse nos



problemas do país, está antes a concentrar-se nas tentativas de condicionamento da comunicação social", acrescentou.

O secretário-geral do PS deixou ainda "um conselho": "Se o Governo quer melhorar a sua imagem, tente resolver os problemas do país em vez de procurar condicionar a opinião pública".

Respondendo a questões colocadas pelos jornalistas, José Sócrates disse "perceber" o Presidente da República quando refere que este Governo está no mesmo plano do que os restantes executivos.

"Percebo a abordagem formal do Presidente da República. Não seria de esperar outra coisa do chefe de Estado", disse o secretário-geral do PS, insistindo, contudo, na falta de legitimidade do actual primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, para exercer as suas funções.

"Há um dado incontornável: este primeiro-ministro não foi a votos, o que lhe retira autoridade. Essa falta de autoridade do primeiro-ministro explica em grande parte o problema de falta de direcção e de liderança no Governo", reafirmou.

Polémica nos media chega à AR

Também no campo parlamentar esta polémica que atravessa a sociedade portuguesa teve os seus desenvolvimentos.

Perante o actual cenário de ataque à liberdade de expressão, bem evidente nas infelizes declarações do ministro Morais Sarmiento durante a audição parlamentar, Augusto Santos Silva afirmou, na linha do que tinha sido dito por José Sócrates à saída da audiência com o Presidente da República,

estarmos perante "uma dupla operação de condicionamento político da comunicação social: através do ministro Rui Gomes da Silva, há uma tentativa de condicionar a comunicação social privada, e através do ministro Morais Sarmiento, há uma tentativa de condicionar a comunicação social pública, designadamente a RTP".

Segundo Santos Silva, a interpretação das palavras do ministro da Presidência sobre o Governo interferir no modelo de programação da RTP «é óbvia». E explicou que "a interferência legítima do Governo faz-se na definição do caderno de encargos do concessionário do serviço público e no estabelecimento dos princípios gerais a que esse contrato deve obedecer; na designação dos administradores e no funcionamento empresarial — do ponto de vista financeiro — da RTP".

O deputado socialista acusou ainda o Governo de estar "a avaliar" o desempenho de José Rodrigues dos Santos (actual director de Informação da televisão pública) e criticou também o facto de o responsável governamental pelo novo Gabinete de Informação e Comunicação ser o mesmo ministro que tutela os *media* do Estado, ou seja, Morais Sarmiento.

Declarando que "nunca houve qualquer interferência governamental na liberdade de informação da RTP e/ou da RDP durante os governos socialistas", Augusto Santos Silva sublinhou ser «ilegal a intervenção do Governo nos conteúdos editoriais ou de programação concreta do serviço público».

SÓCRATES RECEBE PRESIDENTE DA PT

PS REAFIRMA NECESSIDADE DE AUDIÇÃO PARLAMENTAR A HORTA E COSTA

O presidente da Portugal Telecom (PT), Miguel Horta e Costa, foi recebido, a pedido do próprio, por José Sócrates, na sede nacional do PS, para lhe apresentar os projectos e a estratégia do seu grupo económico para os próximos anos.

Segundo o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, a reunião da passada quinta-feira "inscreveu-se no quadro das relações institucionais" do novo secretário-geral do partido. E adiantou que o encontro "não prejudicou o pedido de audição parlamentar pedido pelo PS ao presidente da Comissão Executiva da PT".

A bancada parlamentar socialista tem manifestado a sua apreensão face à hipótese de a PT entrar também no capital do grupo Media Capital e de por esta via agravar ainda mais o fenómeno da concentração da propriedade no sector da Comunicação Social.

Nesse sentido, o PS apresentou um

requerimento solicitando a presença no Parlamento do presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa, para esclarecer as recentes alterações na administração da Lusomundo Media, que detém órgãos de comunicação social como o DN, o JN e a TSF.

O requerimento que foi entregue na Assembleia da República surge na sequência do "chumbo" da maioria PSD/CDS-PP de uma outra iniciativa do PS para ouvir no Parlamento o ex-comentador Marcelo Rebelo de Sousa, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva, e o presidente da Media Capital, Miguel Paes do Amaral. Como o PSD e o CDS entenderam ouvir no caso Marcelo-TVI apenas o proprietário do meio de comunicação social, Paes do Amaral, "o PS entende que não é apenas na TVI e na Media Capital que se colocam problemas de eventual condicionamento político ou económico das linhas editoriais",

afirmou o deputado socialista Augusto Santos Silva.

O ex-ministro socialista da Educação e da Cultura lembrou que, recentemente, a PT procedeu a alterações no conselho de administração da Lusomundo Media, antes de terminar o mandato dos actuais administradores.

"Henrique Granadeiro foi afastado e na redistribuição de lugares foi encarregado das funções executivas Luís Delgado, cujas ligações à maioria são conhecidas e cuja nomeação terá levado à saída de um dos administradores, Silva Peneda", disse Santos Silva.

Desta forma, o PS pretende ouvir Horta e Costa sobre quais as razões das alterações na administração da Lusomundo Media e saber como é que a PT, "com uma posição muito importante na comunicação social", entende as relações entre o poder económico e a definição dos conteúdos editoriais.

LUÍS PATRÃO É O NOVO DIRECTOR-GERAL DO PS

Por proposta do secretário-geral, José Sócrates, o camarada Luís Patrão foi nomeado director-geral do PS e chefe de gabinete do secretário-geral, substituindo nestas funções, respectivamente, Carlos Bexiga e Mark Kirby. Ex-secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, que já exerceu as funções de director-geral do PS entre 1992 e 1995, foi também chefe de gabinete do primeiro-ministro António Guterres, entre 1995 e 1999. Na Assembleia da República, foi chefe de gabinete dos líderes parlamentares do PS António Guterres, Jaime Gama e Almeida Santos.



DEBATE MENSAL COM PRIMEIRO-MINISTRO

SANTANA LOPES NÃO TEM JEITO PARA PRIMEIRO-MINISTRO

“O doutor Pedro Santana Lopes não está no lugar certo. Não tem jeito para ser primeiro-ministro”, afirmou José Sócrates, no Parlamento, onde também questionou a legitimidade de Santana para desempenhar as funções de chefe do Executivo, pois “nenhum congresso do PSD poderá transformá-lo naquilo que não é: um primeiro-ministro escolhido pelos portugueses”.

Durante o primeiro debate mensal com o PM após a sua expressiva eleição como secretário-geral do PS, Sócrates abordou também os dois temas para análise escolhidos por Santana: a revisão da lei do arrendamento e as auto-estradas sem portagem (Scuts), explicando, relativamente à primeira, que os socialistas votarão contra a proposta do Executivo caso se “mantenha a actual versão ligeira e leviana do diploma, que permitirá o



despejo de milhares de famílias”. Quanto às Scuts, José Sócrates defendeu as medidas assumidas pelos governos socialistas, dizendo que o sistema permitiu ligar as auto-estradas a regiões do interior, como as cidades da Guarda, Viseu, Vila Real e Chaves. O líder do PS criticou ainda as recentes promessas anunciadas por Santana Lopes de baixar o IRS, aumentar os salários e as pensões e conter o défice do Estado na casa dos três por cento. “O senhor primeiro-ministro prometeu aos portugueses gelo quente, mas gelo quente não existe. Não pode comprar o seu estado de graça à custa do estado de desgraça dos portugueses”, advertiu o secretário-geral socialista que acusou ainda o chefe do Governo de “falta de autoridade” e de “falta de liderança”, num Executivo em que os “ministros se digladiam na praça pública”.

REQUALIFICAÇÃO DAS CIDADES

DIREITA APLICA GOLPE NO POLIS

O programa Polis, criado pelos socialistas para reabilitar as cidades, pode acabar, pois o Governo, sem vontade de o concretizar, alega falta de verbas para o extinguir.

Esta é a denúncia deixada pelo deputado do PS Pedro Silva Pereira na reunião da Comissão Parlamentar de Poder Local do passado dia 12 em que esteve presente o ministro da tutela, José Luís Arnaut.

O antigo secretário de Estado do sector deixou claro que no final do segundo Executivo de António Guterres “havia fundos comunitários suficientes” para concluir as intervenções urbanísticas planeadas.

“Os governos PSD/CDS deveriam ter afectado um maior volume de verbas da reserva de eficiência” do III Quadro Comunitário de Apoio, defendeu Silva Pereira, criticando de seguida Arnaut por “omitir qual o novo calendário das obras em atraso” e por “não especificar quanto é que os governos da maioria já investiram no Programa Polis”.

O parlamentar socialista deixou, ainda, o seguinte comentário: “O senhor já é o quarto ministro (da actual coligação) com a tutela do Programa Polis e, tal como os seus antecessores, aparece aqui no Parlamento de mãos abanar”.



ORÇAMENTO DO ESTADO É UM SÉRIO ATAQUE À CLASSE MÉDIA

O PS, pela voz do seu deputado João Cravinho, acusou o Governo de ter apresentado uma proposta de Orçamento do Estado para 2005 “frágil e com pés de barro”, que representa “um ataque” ao poder de compra da classe média. Em conferência de imprensa realizada no dia 15, o deputado socialista João Cravinho afirmou que a primeira leitura da proposta de Orçamento de Estado para 2005 “configura, infelizmente, sérias preocupações”.

Ladeado pelos deputados Guilherme d'Oliveira Martins e Joel Hasse Ferreira, João Cravinho disse que, “após uma rápida análise” ao documento apresentado pelo ministro das Finanças, Bagão Félix, “o país está perante um sério ataque à classe média”.

“Se o anterior Governo se comprometera a eliminar o défice até 2004, agora a meta é para 2007”, salientou o ex-ministro socialista, referindo como



exemplo de fragilidade nas previsões constantes na proposta do executivo o facto de se tomar como referência para o preço médio anual do petróleo o valor de 38,2 dólares, bastante abaixo das

cotações actuais.

João Cravinho adiantou que, se a proposta de Orçamento for aprovada, os funcionários públicos “vão perder poder de compra”, considerando insuficiente a actualização de dois por cento prevista para os escalões do IRS.

“O Governo disse que iria aumentar as pensões, mas na proposta de Orçamento não encontramos dinheiro suficiente para pagar esse aumento”, alertou o deputado socialista.

João Cravinho classificou ainda o Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) como uma proposta que “está presa por arames”, acrescentando que “os cortes nos benefícios fiscais inspiram grande preocupação”.

“Todas estas nossas dúvidas requerem explicações detalhadas por parte do Governo”, disse ainda.

SINISTRALIDADE NO IP4

SOCIALISTAS REIVINDICAM MEDIDAS URGENTES E REFORÇO DE MEIOS

Medidas urgentes para o Itinerário Principal n.º 4 (IP4) entre o Alto de Espinho e Amarante é a exigência expressa num requerimento apresentado à Assembleia da República, no passado dia 25, pelos deputados socialistas Ascenso Simões e Pedro Silva Pereira. No documento, os parlamentares do PS eleitos pelo círculo de Vila Real anunciam a disposição de avançar, em

sede de especialidade do Orçamento de Estado para 2005, com propostas de alteração que contemplem, com as verbas necessárias e autonomizadas, as intervenções nesta via.

Face aos elevados índices de sinistralidade rodoviária registados no IP4 ao longo dos últimos dez anos, os deputados socialistas defendem o reforço imediato dos meios do IEP e da

GNR, bem como a busca de soluções que aumentem as condições de visibilidade da condução à noite.

Ascenso Simões e Pedro Silva Pereira apelam ainda aos municípios e associações de utilizadores para que estes exijam a resolução rápida deste grave problema e a erradicação dos pontos negros onde têm ocorrido grande parte dos acidentes com vítimas mortais.

Fiscalidade

ATAQUE À POUPANÇA E À CLASSE MÉDIA E DEMAGOGIA ESTÉRIL NO COMBATE À FRAUDE FISCAL

O OE-2005 em matéria de fiscalidade representa um ataque injusto à classe média cumpridora das suas obrigações fiscais.

As reduções fiscais são irrisórias e os agravamentos injustos, o alargamento da base tributária inexistente e o combate à fraude fiscal demagógico.

O IRS tem reduções para os contribuintes mais pobres, que só permitem pagar um café por dia, enquanto são eliminadas as deduções que incentivam a compra de casa própria (Conta Poupança-Habituação), a qualificação das pessoas (Planos Poupança-Educação) e a segurança social complementar (Planos Poupança-Reforma). Para todos os que poupavam são alteradas as regras do jogo e agravados os impostos.

O IRC mantém-se em 25 por cento mas são eliminados os benefícios fiscais que apoiam a fixação de empresas no interior do país, já penalizado pelo pagamento de portagens nas Scout's. Mas mantém-se a isenção de menos-valias das SGPS, o que permite aos grandes contribuintes a isenção total de IRC ou o pagamento simbólico.

O ISP é substancialmente agravado contribuindo para a elevação do preço dos combustíveis, enquanto é novamente esquecida a reforma do imposto automóvel. As medidas de combate à fraude e evasão fiscais são muito limitadas, correspondendo aliás a aperfeiçoamentos em instrumentos criados pelo PS em 2000 e que foram na altura violentamente contestados, sobretudo pelo PP, como a inversão do ónus da prova, a quebra do sigilo bancário ou a avaliação indirecta do rendimento. Finalmente, a criação de uma "polícia tributária" na dependência directa do ministro das Finanças nada acrescenta os actuais poderes da PJ, da IGF ou da DGCI, correndo o risco de ser uma guarda pretoriana para exercício da fiscalização cirúrgica e da partidarização da administração fiscal.

EDUARDO CABRITA

Finanças

ENDIVIDAMENTO PARA ALÉM DO ACORDADO COM A EUROPA

As principais características do Orçamento de Estado na área financeira são:

- Um brutal pedido de endividamento que excede em milhares de milhões de Euros o que decorreria da diferença entre as receitas e as despesas que contaram para o défice.

- Um défice brutal antes de receitas extraordinárias, ultrapassando 4 por cento, do Produto Interno Bruto.
- Um aumento da dívida pública, medida em relação ao PIB, que se aproximará dos 64 por cento, o que compromete a sustentabilidade futura do processo de consolidação orçamental.
- A orçamentação de receitas extraordinárias, num montante elevadíssimo, com a venda de instalações de serviços públicos a serem realizadas em 2005 (com o encaixe das verbas imediato) e ficando os serviços a pagarem renda enquanto existirem.

Em resumo:

- O Orçamento 2005 não contribui para o equilíbrio das finanças públicas, mantendo um elevado défice e aumenta seriamente o endividamento para além do limite acordado no plano europeu.

JOEL HASSE FERREIRA

Economia

FALTA DE RUMO E DE ESTRATÉGIA

Num debate sobre Orçamento do Estado/Grandes Opções do Plano deve colocar-se a questão central: *o que se pede a um Ministério da Economia? O que esperam as actividades económicas do ministro que as "tutela"?*

A resposta é para nós clara:

em recessão económica ou em período de estagnação, como aquele em que vivemos em Portugal, a missão de um Ministério da Economia é contrabalançar o ajustamento financeiro de ordem macroeconómica com políticas microeconómicas adequadas – capazes de manter níveis de confiança nos agentes económicos, manter níveis sustentados de investimento e reforçar a competitividade empresarial conducente a ganhos de quotas de mercado no momento da retoma. Ou seja, implementar as políticas estruturais centradas no lado da oferta de bens e serviços que preparem a economia portuguesa para os desafios de competitividade nos mercados globais. Ao mesmo tempo aplicar as medidas conjunturais adequadas à atenuação dos elementos mais gravosos das dificuldades económicas e sociais dos agentes económicos.

Quer este ministro quer o ministro da Economia anterior falharam nesta missão do Ministério das Actividades Económicas. Pelo contrário, o ministro anterior manteve o Ministério bloqueado e os seus quadros desmotivados – fechando-se no seu gabinete e recorrendo a "outsourcing" despropositado e caracterizou-se por uma acção voluntarista mas ineficiente, falhando face aos objectivos e calendários que foi traçando.

Aparentemente, o ministro actual partilha de algumas destas críticas: mostrou-o (com elegância, é certo) no debate do Programa do Governo em Plenário. Mas face a esta proposta de OE/GOP é forçoso concluir que não tirou todas as ilações da crítica à sua "pesada herança".

As propostas de OE/GOP nesta área são insuficientes face à estagnação económica e aos problemas sociais que se vivem em Portugal.

Esperar-se-ia um programa de emergência para relançar a economia e provocar a convergência do qual pudessem constar:

- medidas de política fiscal e de incentivos no quadro de um "pacote" de sinais para actividade económica;
- intervenções de qualidade da envolvente ao desenvolvimento empresarial e do tecido empresarial;
- obras estruturantes e acções visando a competitividade do território;
- ambição nas políticas de inovação.

... e tantas outras medidas necessárias e urgentes.

Um OE do Ministério das Actividades Económicas bem estruturado e um PIDDAC plurianual com opções estratégicas serviriam estes *objectivos fundamentais*.

É assim uma proposta de Orçamento que falha na sua visão estratégica. É também um OE que penaliza os orçamentos de organismos centrais nas políticas públicas de apoio às empresas – o IAPMEI, o ICEP ou IPQ – e que reduz as verbas de financiamento nacional e comunitário (respectivamente – 7,6 por cento e – 27,3 por cento), entre outros elementos possíveis de crítica.

MAXIMIANO MARTINS

Poder Local

INOOPERÂNCIA E ELEITORALISMO

Longe vai o tempo como o do período de 1995 a 2002 – Governos do PS – em que as transferências para os municípios cresceram em 111 por cento e para as freguesias em 172 por cento.

Agora, nestes tempos – Governos da direita – se o crescimento médio para freguesias e municípios foi de 2002 para 2003 de 3,6 por cento e para 2004 de 3 por cento, a variação para 2005 vai ser apenas de 2,1 por cento. Obviamente abaixo da inflação.

Maus tempos para as autarquias com a manutenção – na Proposta de OE – do famigerado endividamento global "zero", sendo contudo admitido o recurso ao crédito, com restrições, para o financiamento de projectos comparticipados pela UE.

Mas na proposta de OE há outras marcas distintivas deste Governo no respeitante ao Poder Local: inoperância e eleitoralismo.

Eleitoralismo porque se a transferência para as autarquias das verbas expressas no OE determinadas pela lei regista um magro acréscimo de 2,1 por cento, ao invés o "saco" destinado a financiar contratos-programa é aumentado em 80 por cento!

E a inoperância?

Essa está espelhada em diversos artigos da proposta de lei do PE para 2005. Vejam-se os artigos 11.º, 14.º, 18.º e 20.º que são cópia integral de outros tantos do OE para 2004.

Sinal de que, neste domínio, nada fizeram.

De facto, onde está em 2004 a transferência de competências para os municípios e associações de municípios, mascaradas estas de áreas metropolitanas?

Onde pára a regulamentação dos poderes tributários dos municípios?

E a legislação sobre obrigações municipais?

E a regulamentação de novas taxas dos municípios?

Então, especialistas da propaganda e da mistificação.

Tão-só.

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO

Trabalho, Emprego e Formação Profissional

MAIS DESEMPREGO, MAIS DESIGUALDADE

Os governos de coligação PSD/CDS-PP demonstram total ausência de estratégia para o desenvolvimento dos serviços públicos, limitando o seu campo de actuação à adopção de medidas que vão claramente no sentido de diminuir de forma cega e inaceitável os direitos fundamentais dos trabalhadores, de promover a asfíxia e o desmantelamento dos serviços públicos e de deixar os cidadãos à sua sorte. A confirmá-lo, recordamos o congelamento de admissões e dos salários, as alterações ao Estatuto da Aposentação, o novo estatuto do pessoal dirigente, o sistema integrado de avaliação de desempenho ou o regime jurídico do contrato individual de trabalho, bem como da completa ausência de medidas activas para a modernização e melhoria da qualidade da administração pública. A confusão, a desmotivação e o immobilismo que reinam no sector da administração pública, não encontram neste orçamento quaisquer sinais de melhoria. O anunciado aumento dos salários dos funcionários públicos, na ordem dos 2,2 por cento, não tem dotação orçamental assegurada, e, a concretizar-se, está longe de repor o poder de compra que os trabalhadores perderam nos últimos anos. O Governo limita-se a enunciar intenções desgarradas. Não traça metas nem medidas concretas para a promoção da efectiva melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos, não promove a dignificação dos seus recursos humanos, nem acatela os interesses dos portugueses. O Governo de Santana Lopes, na linha do seu antecessor Durão Barroso, continua assim a apostar na precarização e insegurança das relações laborais, recorrendo de forma indiscriminada ao contrato individual de trabalho e ao desmantelamento dos serviços públicos. O panorama agrava-se na área da protecção social. Enquanto o Partido Socialista esteve no Governo foram dados passos decisivos no aprofundamento dos mecanismos de protecção social, sem que tal prática tivesse posto em crise a necessária estabilidade e o equilíbrio financeiro do sistema público de segurança social. Nesse período foi possível, a par de uma política de pensões e de prestações mais justa e equitativa, baseada na diferenciação positiva a favor dos mais pobres, fazer a convergência das pensões mínimas com o salário mínimo nacional e grandes investimentos na acção e solidariedade social, sem esquecer o reforço da estabilidade financeira da segurança social. Quando chegámos ao Governo o fundo de estabilização

financeira apresentava um saldo inferior a 400 milhões de euros. Quando deixamos o governo o saldo era muito superior a 4 000 milhões de euros. Desbaratando por completo a herança socialista, os governos de direita centraram a sua atenção num único objectivo: desmantelar o sistema público de segurança social através da redução das coberturas sociais, do desinvestimento nas políticas sociais e num claro avanço rumo à privatização da segurança social. Este Governo de direita é responsável pela maior redução do investimento na protecção social dos idosos e dos mais desfavorecidos. Diminuiu o direito ao Rendimento Social de Inserção e ao subsídio de doença. Promete agora uma convergência das pensões mínimas com o SMN, mas esconde o facto de ela se fazer através de uma desvalorização deste último; promove a redução da qualidade de vida dos pensionistas e esquece deliberadamente as políticas de combate à pobreza e à exclusão social. Com este Orçamento não se vislumbra qualquer viragem positiva nas políticas sociais. A pedra de toque continua a ser o desinvestimento na protecção social e o ataque brutal aos direitos sociais dos cidadãos. A Lei de Bases da Segurança Social continuará por cumprir. É o melhor da tradição dos governos do PSD. Cavaco e Durão são o paradigma! Este Orçamento põe mais uma vez em causa a estabilidade o equilíbrio financeiro do sistema. Os anunciados aumentos de 2,5 a 9 por cento para a convergência das pensões com o SMN, não se encontram espelhados nos valores inscritos no orçamento da segurança social para 2005. Até prova em contrário não passam de mera propaganda eleitoral! Sabe-se que vão alterar o subsídio de desemprego, impondo mais uma vez a diminuição dos direitos dos cidadãos. A melhor resposta que encontraram para o crescente aumento do desemprego não foi o da criação de mais emprego. Não, foi a redução do valor do fundo de desemprego! Com estas políticas, quem pagará a crise serão as vítimas do flagelo do desemprego. Ignorar e desprezar os mais carenciados é uma evidência que o Governo já nem sequer se preocupa em esconder. Não contentes com as "malféitorias" que têm vindo a praticar, anunciam novas. A nova ordem passa pela alteração ao regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma, ao regime de protecção na morte e ao regime de protecção no domínio dos encargos com a dependência. A política de segurança social prosseguida pelo Governo é preocupante e há razões de sobra para os trabalhadores estarem preocupados com o seu futuro e o das suas famílias. Em matéria de Trabalho, Emprego e Formação Profissional, o Governo oferece mais do mesmo. Isto é, nada ou quase nada! No país da União Europeia com maior percentagem de trabalhadores de baixo nível de escolarização e de qualificação, no país que é o triste campeão europeu da pobreza e da desigualdade, a estratégia do Governo de Santana Lopes, no domínio do emprego, do trabalho e da formação, só tem um objectivo: afastar os sindicatos da regulação negociada do mundo do trabalho! Nas peças do OE para 2005 não há qualquer avaliação dos programas e iniciativas anteriormente aprovados; não se apresenta qualquer ideia nova quanto a objectivos fundamentados e quantificados! Então é licito perguntar: Não há metas quantificadas? Há, mas ou não são novas ou se referem a datas posteriores ao termo da legislatura. Num país em que o desemprego continua a subir e em que o acesso à formação profissional continua a ser 1/3 da média comunitária e 1/6 dos melhores países, a estratégia conservadora deste Governo tem o despudor de vir propor a redução dos encargos públicos com as políticas de emprego e de formação. Num país em que o Código do Trabalho ameaça os direitos colectivos de 2/3 dos trabalhadores abrangidos por contratação colectiva até 2003, sobra em retórica política conservadora o que falta em medidas positivas, calendarizadas e objectivadas no domínio das relações laborais, do trabalho, do emprego e da formação. Os sinais deste Orçamento são inludíveis! São os sinais dos tempos conservadores em que vivemos: mais desemprego, mais desigualdade, mais injustiça.

ARTUR PENEDOS

Administração Interna

GESTÃO BUROCRÁTICA E DE CONTINUIDADE

Esta proposta de Orçamento para 2005 revela uma manifesta falta de ambição e de peso político do Ministério e do ministro. Em 2005, o orçamento de despesa do MAI sofre um aumento de 0,8 por cento, isto é ainda menor que em 2004, cuja verba inicialmente prevista representava um aumento de um por cento. Em qualquer dos casos, em 2004 e em 2005, há um decréscimo real do Orçamento do MAI. Por outro lado, as despesas de funcionamento previstas ainda não atingem, em 2005, o nível de dotação que já tinham em 2002, por ocasião do último orçamento feito pelo Governo do PS.

Quadro comparativo 2002-2005

	2002 inicial	2002 exec.	2003 estim. exec.	2004 dotação inicial	2004 previsão execução	2005 dotação inicial
Func.	1.391.900	1.312,3	1.365,9	1.379,600	1.382,2	1.390,8
Investim.	48.340	22,8	37,6	49,3	49,3	51,5
Subsector Fundos e serviços autónomos		70,7	108	94	94,2	96,1
Transf. Internas		- 13,3	- 14,8	- 14,8	- 14,2	- 14,8
Total de despesa do MAI		1.389,1	1.496,7	1.508,1 + 1%	1.511,5	1.523,6 + 0,8%

Continua assim o síndrome essencial do MAI: as questões da segurança interna não são prioritárias ao nível do Governo; os ministros da Administração Interna são escolhidos pelos primeiros-ministros do PSD na base do seu *low profile* e da ausência de qualquer poder reivindicativo. A ausência de ambição desemboca numa gestão meramente burocrática, de

continuidade e essencialmente repetitiva quanto à definição das medidas de política.

Essa tendência para a repetição assume, em certa medida, até tonalidades ridículas. Por exemplo, no relatório do orçamento de Estado, na parte respeitante ao MAI (págs. 116 a 120), 90 por cento das *Políticas* são simples repetição *ipsis verbis* do que já constava no Relatório do Orçamento de 2004.

Isto só tem uma leitura política: em 2004 praticamente nada do programa anunciado foi realizado, tratando-se de um ano perdido.

Em especial, este Orçamento não dará resposta a questões que com o correr dos anos se tornam cada vez mais prementes devido ao seu sucessivo adiamento:

- a reparação de esquadras, postos e quartéis degradados e a construção de novos não receberá nenhum impulso significativo, uma vez que o nível de investimento continua fraco, praticamente não ultrapassando, mesmo em termos nominais, o nível de 2002, com a agravante de ter sido baixo nos últimos anos, o que complicou a situação;
- a satisfação de algumas pretensões do pessoal das forças de segurança, designadamente no que toca a promoções e melhoria das condições de trabalho, essencial para a motivação de corporações muito desmotivadas, não será possível com este orçamento;
- o célebre subsídio de risco, que o primeiro-ministro demagógica e irrealisticamente garantia que seria criado logo após as eleições de 2002, não verá ainda a luz do dia em 2005, como era de esperar;
- a PSP, que o novo director nacional publicamente afirmou estar falida, assim continuará, provavelmente de modo mais acentuado, uma vez que não há nenhum sinal de que se pretende enfrentar essa situação;
- o SIRESP continua a marcar passo;
- a consolidação da protecção civil e dos bombeiros, que requererá necessariamente maior profissionalização nas estruturas de comando, ao nível dos grupos de intervenção permanente e ao nível da formação, não tem qualquer sustentação orçamental;
- a reposição e melhoria da capacidade operacional dos bombeiros, a qual exige constante investimento e a definição de um quadro de sustentabilidade financeira das estruturas associativas continua a não ter nenhuma perspectiva orçamental;
- a intenção, repetidamente propagada pelo Governo anterior, de criar novos consulados e agentes de ligação em países do Leste donde são provenientes muitos imigrantes irregulares, deixa de ter qualquer referência, não obstante ser um instrumento fundamental para o combate ao tráfico de imigrantes.

VITALINO CANAS

Educação

A NEGAÇÃO DO FUTURO

A proposta de Orçamento do Estado para a Educação é a negação do Programa do XVI Governo para o sector – que já era empobrecedor comparativamente aos programas dos governos anteriores: em matéria de financiamento da Educação previsto para 2005, esta proposta de orçamento retira com uma mão aquilo com que o Programa do Governo acenara aos portugueses com a outra mão. Ou seja, desinveste: embora se verifique, em matéria de funcionamento do Ministério da Educação, um ligeiro aumento de 3,3 por cento relativamente ao orçamento inicial para 2004, o orçamento previsto para 2005 representa uma quebra de –21,5 por cento se comparado com o orçamento inicial de 2002, que foi o último preparado por um Governo do Partido Socialista. E muito pior se passa no que diz respeito ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), que em 2005 contará com cerca de –10 por cento do que em 2004, quebra que passará para cerca de –71 por cento se o compararmos com o de 2002.

Em números redondos, e de acordo com a proposta do Governo – que a actual maioria PSD-PP aprovará acriticamente –, quer isto dizer que o orçamento inicial do Ministério da Educação para 2005 será de 5 693,5 milhões de euros, quando o valor do orçamento inicial de 2002 para o sector – aquele que a coligação de direita recebeu quando chegou ao Governo – era de 7 251,0 milhões de euros (já depois de descontado o valor do orçamento do Ministério relativo à Ciência e ao Ensino Superior, entretanto autonomizados em ministério próprio), e sem se levar em conta os valores da inflação. E, em matéria de PIDDAC e também a preços correntes, passámos de 454 milhões de euros em 2002, para 126 milhões em 2005.

Este desinvestimento na Educação – despesas de funcionamento e despesas de investimento – poderá estar de acordo com o propósito, enunciado no Programa do Governo, de que a acção governativa teria “como pressuposto essencial contrariar o estatismo a que está sujeita a educação em Portugal”; ou seja, em matéria de Orçamento do Estado para a Educação, poderemos afirmar que o Governo do PSD-PP pretende cumprir o que prometeu: *negar o sistema público de Educação, desinvestindo nele*. Mas qualquer relação entre as restantes medidas previstas no Programa do Governo e a proposta de orçamento para 2005 não passará de uma triste ficção: quando, por exemplo, e conhecendo-se as carências sociais ainda existentes em Portugal, se introduz, em 2005 e com relação a 2004, um corte de cerca de –30% no orçamento da Acção Social Escolar – o mínimo que se poderá dizer é que estamos perante um governo que é a negação de si próprio, mas sobretudo a negação do futuro.

Numa perspectiva global, temos a certeza de que, com esta proposta de orçamento para a Educação, o Governo não conseguirá concretizar o seu Programa para o sector – um programa que, tal como o Partido Socialista oportunamente salientou, já de si é pobre e redutor. Mas esse seria apenas mais um aspecto negativo da actuação do actual governo do PSD-PP, resultante, exclusivamente, de uma total ausência de política e de ideias para a Educação – não fossem os terríveis problemas com que as escolas públicas (que são a corporação do preceito constitucional que cria o sistema público de Educação em Portugal) obrigatoriamente se confrontarão ao longo do ano de

2005. Com resultados que deixarão marcas profundas pelos anos e gerações subsequentes – até que volte a existir uma política educativa, consistente e responsável, em Portugal.

LUZ FAGUNDES DUARTE

Ensino Superior

MENOR INVESTIMENTO DO ESTADO, MAIORES CUSTOS PARA AS FAMÍLIAS

1. O desenvolvimento do ensino superior está sujeito, em Portugal, a um garrote financeiro: o programa de Estabilidade e Crescimento impõe um crescimento nominal nulo nas transferências do Estado para as universidades e politécnicos. Isto é, uma quebra real nos recursos, ano após ano. 2005 não constituirá excepção. A parte do Orçamento de Estado nas receitas das escolas continuará a diminuir (em termos reais), a parte da comparticipação das famílias e estudantes, através das propinas, continuará a aumentar.
2. Diz o Governo que o custo por aluno aumentará de 2004 para 2005. É verdade. Mas a única razão para tal facto é a diminuição do número de alunos que frequentam o ensino superior. E esse não é um motivo de júbilo, mas bem pelo contrário de preocupação. Primeiro, porque faz Portugal recuar num caminho que é essencial para pelo menos manter o nosso nível de competitividade, na União Europeia a 25 países: Portugal precisa de mais jovens nas universidades e politécnicos, não de menos jovens. Segundo, porque esta diminuição deve-se parcialmente à errada política de vagas dos governos PSD-PP que obrigou à diminuição do número de lugares oferecidos pelos estabelecimentos públicos, mesmo em licenciaturas cujas notas mínimas de entrada são superiores a 13 valores (por exemplo, Arquitectura, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Gestão ou Direito). Terceiro, porque, como toda a gente entende menos o Ministério (que faz de conta que não entende), não é pelo facto de terem menos alunos que as escolas passam a ter custos menores (em pessoal docente e não docente, em instalações e equipamentos...).
3. Finalmente, o MCIES torna a violar a regra da equidade e da transparência na atribuição de financiamentos públicos. Ao celebrar, à parte da fórmula de financiamento, um contrato de financiamento exclusivo para uma dada escola pública, o Governo põe em causa as regras de equidade e transparência, que deveriam pautar a relação do Estado com as instituições.
4. Estas são notas iniciais de apreciação global do Orçamento. Logo que seja disponibilizada mais informação pelo MCIES, será possível proceder a uma análise detalhada dos recursos afectos, quer ao ensino superior, quer à ciência.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Defesa

DE NOVO A SUBORÇAMENTAÇÃO

Quanto às políticas defendidas não há nada a assinalar, sendo certo que a maior parte são afirmações de princípio que são sistematicamente repetidas ano a ano. A única realidade diferente (mas não novidade) é o facto de ser o primeiro orçamento depois do fim do SMO (Serviço Militar Obrigatório) que, aliás, não se vê reflectido no Orçamento.

O Orçamento da Defesa apresenta um valor da ordem dos 2.107,4 milhões de euros, o que representa cerca de 1,5 por cento do PIB, na base de valores que não estão ainda suficientemente estabilizados (a percentagem do PIB deve ser inferior).

Este valor corresponde a um crescimento, relativamente à estimativa de execução do ano 2004 de 7,1 por cento, embora as despesas de funcionamento cresçam 1,9 por cento (portanto inferior à inflação esperada). O crescimento de 7,1 por cento é devido, essencialmente, aos Investimentos do Plano, que passa de 23,1 para 66,4 milhões de euros para fazer face aos compromissos inerentes à construção dos navios patrulhas oceânicos e dos navios de combate à poluição e às verbas inscritas para fazer face às Forças Nacionais Destacadas que passa de 24 para 60 milhões de euros. No que se refere ao PIDDAC, a percentagem de aumento é grande, embora corresponda a uma base de partida pequena, no âmbito dos investimentos plurianuais previstos para o programa de construção dos navios de patrulha oceânica e de combate à poluição. Aliás, as verbas globais previstas no PIDDAC para 2005 são muito inferiores às previstas no ano passado, o que pressupõe uma alteração, não justificada, do programa inicialmente previsto.

Quanto às verbas para as Forças Nacionais Destacadas, elas são insuficientes para fazer face aos compromissos internacionais, já assumidos e vencidos, quanto mais para os futuros compromissos e têm sido responsáveis, entre outros, pelos défices do Exército.

Sendo este o primeiro orçamento em que as forças militares são todas profissionais, (com o fim do serviço Militar Obrigatório) e correspondendo este facto à necessidade de um aumento significativo das verbas necessárias, nomeadamente para a rubrica pessoal, não se compreende que os valores se mantenham mais ou menos os mesmos, a não ser pela sistemática suborçamentação que tem sido feita.

Uma das características deste Orçamento (na continuação de orçamentos anteriores) é a suborçamentação.

Não se vislumbra, igualmente, onde estão as verbas, entre outras, para fazer face aos compromissos assumidos quanto aos ex-combatentes, para o financiamento do fundo de pensões e para os complementos de pensões.

MARQUES JÚNIOR

Justiça

UM ORÇAMENTO DE ENCRUZILHADA

O OE do Ministério da justiça (MJ) continua, comparativamente com anos anteriores, a não representar variações globais sensíveis.

Se no OE para 2004 a despesa consolidada do MJ correspondia a 2,3 por cento do total da Administração Central e a 0,8 por cento do PIB, para 2005 a variação é, respectivamente, de 2,5 e de 0,9 por cento.

O crescimento é, como tal, modesto em relação às expectativas e às necessidades de inovação e reforma na área da justiça. E a despesa consolidada não ultrapassará o crescimento efectivo de 10 por cento quando comparada com a estimativa de execução em 2004. Por outro lado, o aumento do PIDDAC de 2005 em relação a 2004 não chega para alcançar, a preços constantes, os valores registados no início de 2000, nos governos de responsabilidade PS. Deve igualmente realçar-se que o MJ passa por uma fase de dificuldades acrescidas no que se refere à estabilidade das suas fontes tradicionais de financiamento, a partir dos cofres e fundos autónomos. É que a política de privatização do notariado vai implicar uma quebra estimável em cerca de 20 por cento das receitas do respectivo cofre. Para compensar tal quebra o MJ vai ser autorizado a alienar património, podendo as respectivas verbas ser retidas pelo Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial.

Os factores de aleatoriedade e imprevisibilidade na estruturação das receitas da Justiça ficam, assim, bem evidentes, enquanto a alienação do património prossegue como recurso desesperado para iludir os défices.

Acresce que a autêntica paralisação na tomada de decisões que, na área da justiça, foi particularmente evidente no Governo anterior, a acumulação de opções a tomar – desde uma nova reconfiguração do mapa judicial e dos métodos de gestão dos tribunais ao apetrechamento dos quadros em défice nas várias áreas do judiciário –, que implicam necessariamente reforço de meios humanos, materiais e estruturais no processo de modernização da administração da justiça, é praticamente inconciliável com um aumento da despesa de funcionamento circunscrita a 2,9 por cento. A justiça vai, pois, continuar a passar por tempos de grande dificuldade e as graves ineficiências do sistema tenderão para continuar.

JORGE LACÃO

Cultura

A ASFIXIA FINANCEIRA CONTINUA

1. Ainda não se conhece em detalhe a proposta de afectação do orçamento da Cultura aos diversos organismos e serviços do Ministério, pelo que ainda não é possível proceder a uma análise exaustiva das perspectivas financeiras para 2005. Mas os valores globais já divulgados permitem fazer, desde já, um primeiro conjunto de considerações, de natureza política e geral.

2. Logo após a sua tomada de posse, a ministra da Cultura divulgou os seus objectivos para o Orçamento de Estado para 2005. De acordo com a notícia do jornal “Público”, de 1 de Agosto de 2004 (nunca desmentida ou corrigida pelo Ministério), a ministra queria “um por cento do PIB para a Cultura” e, portanto, pretendia “ver quase duplicadas as verbas do seu ministério”. Passando ao lado do lapso – não seria certamente um por cento do PIB, mas sim um por cento do Orçamento de Estado... – o facto é que a ministra da Cultura fez questão de definir, ela própria, os termos de referência para a avaliação do alcance do Orçamento da Cultura para 2005. Ora bem: os 285 milhões de euros agora estabelecidos na proposta de Orçamento de Estado representam 0,6 por cento do total do Orçamento e 0,2 por cento do PIB, isto é, os mesmíssimos e baixíssimos valores de que a Cultura dispõe em 2004. A conclusão é evidente: *em comparação com os objectivos que ela própria fixou, a dotação concedida ao Ministério da Cultura representa uma estrondosa derrota política da Dr.ª Maria João Bustorff*.

3. De acordo com a proposta do Governo, o valor do orçamento inicial do Ministério da Cultura será, em 2005, de 285 milhões de euros. Ora, deve recordar-se que o valor do orçamento inicial de 2002 – quer dizer, o valor destinado ao Ministério quando a coligação PSD-PP começou a governar – era de 293 milhões. A conclusão é também evidente: *três anos depois, a coligação de direita nem sequer repôs os recursos para a área da Cultura ao nível em que estavam antes do seu ciclo de governação*. E falamos somente de preços correntes, a quebra é muito mais grave se considerarmos, como aliás devemos, a evolução a preços constantes.

4. O Governo põe em relevo o facto de os 285 milhões previstos para 2005 representarem um aumento de 12 milhões face à estimativa de execução do Orçamento de 2004. Este aumento de 4 por cento não significa, contudo, recursos adicionais para os serviços e organismos que hoje estão asfixiados. Dos 12 milhões de aumento, 6,5 milhões destinam-se a satisfazer o novo encargo associado à abertura da Casa da Música. Os restantes 5,5 milhões equivalem, percentualmente, ao valor estimado pelo Governo para a taxa de inflação. Mais uma vez, a conclusão é óbvia: *as actividades do Ministério da Cultura e as actividades das entidades independentes que beneficiam de financiamento público continuarão a viver, em 2005, a mesma e terrível asfixia financeira que sofreram em 2002, 2003 e 2004*.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Turismo

A OPORTUNIDADE PERDIDA

Uma das poucas novidades da orgânica do XVI Governo Constitucional foi a criação do Ministério do Turismo. Trata-se da concretização de uma expectativa

do sector mas que, até ao momento, se revela mais formal do que material. A escolha de Telmo Correia aparenta muito mais uma opção política, de cederência ao CDS/PP de mais uma pasta ministerial, do que uma escolha determinada pela competência e conhecimento dos problemas do Turismo. Hoje mais de 100 dias após a sua tomada de posse, pouco se sabe do que é a política do novo ministro do Turismo.

O Orçamento do Estado para 2005 é a primeira prova de fogo do novo ministro. Contudo as notícias que chegam da proposta de lei do Governo não auguram nada de bom para o sector do Turismo. No orçamento global o Ministério do Turismo vai ser um dos mais penalizados face às despesas estimadas para o sector em 2004. De facto, estão previstos cerca de 335.900.000 euros (-18,6 por cento em relação a 2004), sendo que as despesas de investimento são de apenas 7.300.000 euros (-1,4 por cento que em 2004). A despesa total consolidada sofre uma quebra de 18,6 por cento, face à estimativa de execução para o ano em curso.

Mas as más notícias não se ficam por aqui. O ICEP enfrenta uma redução de -33,1 por cento em relação a 2004. O Instituto do Turismo de Portugal sofre um corte de -21,1 por cento face à despesa estimada para 2004.

E mesmo saindo do Ministério do Turismo, o Orçamento do Estado para 2005 comporta sinais de preocupação para o sector. A intenção do Governo em passar a cobrar portagens nas auto-estradas Scut, designadamente na Via do Infante e na A23, e a possibilidade de os municípios passarem a poder cobrar uma taxa de estadia de turistas nos estabelecimentos hoteleiros, são medidas que podem revelar-se altamente gravosas e autênticos atentados à competitividade das empresas do sector.

Já se entende como correcta a norma que permite a dedutibilidade do IVA em despesas profissionais de recepção, alojamento e alimentação, apesar da sua reduzida abrangência na medida em que apenas se aplicará à realização de congressos.

Por tudo isto, e até ver, o Ministério do Turismo parece assumir-se como o *Ministério da oportunidade perdida*.

JOSÉ APOLINÁRIO

Toxicodependência

COMBATE À DROGA NÃO É PRIORIDADE PARA O GOVERNO

O chumbo puro e simples da maioria parlamentar de direita da proposta de criação de uma Comissão Parlamentar Eventual de Acompanhamento da Avaliação da Execução do Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga - Horizonte 2004 e acompanhamento do processo de definição do "Horizonte 2008" é revelador da atitude arrogante e pouco clara da actuação do Governo em geral, e na área da toxicodependência em particular.

Dois anos e meio depois da entrada em funções deste Governo e um ano e meio depois da fusão do IDT e do SPTT, ainda não há uma ideia e muito menos orientações claras acerca do que o Governo pretende fazer na área da toxicodependência. O ministro da Saúde já provou que não tem tempo para se ocupar da toxicodependência. Os serviços têm estado a funcionar por si só e têm dependido da dedicação e profissionalismo dos técnicos, as CDT's estão paralisadas e a perder muitos dos seus técnicos, os projectos de investigação e muitos dos projectos inovadores de prevenção foram abandonados. A transversalidade de acção que esta área exige, e que este Governo definiu como competência do novo instituto IDT não tem sido conseguida por manifesta falta de peso e influência do próprio IDT e do estatuto do seu presidente. Desconhece-se qualquer acção ou evolução no programa vida - emprego e portanto na área da reinserção.

Se dúvidas houvesse quanto à paralisação que esta área sofreu, com a completa inacção deste Governo a sessão de apresentação do Relatório anual sobre a situação do país em matéria de drogas e toxicodependência em 2003. A apresentação da informação estatística confirmou os resultados que já vinham de anos anteriores de descida do número de mortes relacionadas com o consumo de drogas, de redução do número de toxicodependentes infectados pelo HIV/sida, de redução do número de primeiras consultas, de redução das listas de espera, entre outras. Na apresentação das actividades desenvolvidas pode perceber-se o muito pouco que tem sido feito, e que já vinha de trás, não tendo apresentado um projecto ou iniciativa novos.

Neste contexto, o pior e mais perigoso é que este ano deve realizar-se a avaliação da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga e Toxicodependência. O Governo definiu Outubro deste ano para a conclusão dessa avaliação que até agora toda a gente desconhece sequer se está a ser realizada. Por outro lado, os discursos da maioria são absolutamente contraditórios dentro da coligação e dentro do próprio PSD, com deputados a defenderem uma estratégia assente quase que exclusivamente nos tratamentos livres de drogas, outros a tentarem uma posição de equilíbrio como é o caso da JSD, e o Governo a escrever que a "grande prioridade será a prevenção sem esquecer o tratamento e a reinserção".

O PS vai continuar atento e exigirá ao Governo que, em primeiro lugar, garanta os resultados e o enorme investimento que foram obtidos e realizados com a definição da Estratégia para 2000/2004, que a nova Estratégia seja avaliada de forma isenta e credível, e que a Estratégia seja consensualizada entre todos os parceiros.

SÓNIA FERTUZINHOS

Comunicações

DESORÇAMENTAÇÃO ESCONDE FALTA DE RUMO

Na sua proposta de Orçamento do Estado para 2005 o Governo, no âmbito das comunicações, propõe-se promover "a defesa e reforço da concorrência no sector". É um imperativo legal que decorre de forma clara e inequívoca do disposto na Lei de Bases das Comunicações Electrónicas.

O Governo pretende atingir esse desiderato através "da melhoria no

acompanhamento da qualidade de serviço prestado".

Ora a melhoria desse acompanhamento, que o Partido Socialista considera um imperativo, implica que a regulação sectorial da Anacom seja activa e eficaz no sector, como resulta dos diplomas que foram dando corpo a esta entidade que se pretende independente.

Dai que cause alguma estranheza a afirmação, constante da proposta de relatório consultada, de que se deverá proceder à reformulação da *estrutura e missão* da entidade reguladora, sem se dizer qual é o caminho que se pretende seguir. Tudo isto porquanto uma política promotora da utilização das comunicações electrónicas e dos serviços associados implica que haja preços competitivos. Todavia, para que tal aconteça no quadro de um mercado concorrencial são, é necessário que o regulador cumpra a sua missão, é necessário que o regulador obrigue os operados, todos os operadores, a terem boas práticas e a serem jogadores sem armas desiguais.

Por isso, é necessário um orçamento consistente com os fins propostos, o que lamentavelmente não é o caso atenta a desorçamentação deste sector.

Uma segunda nota relativa aos Serviços Postais para referir que este Governo continua a entender que deve ter uma intervenção minimalista no sector assim permitindo a degradação do serviço postal universal, mais preocupado que está em criar condições subjectivas e objectivas que permitam a privatização do sector. Toda a lógica da acção política do Governo aponta para a implementação de acções visando "a abertura à concorrência dos segmentos de mercado ainda reservados".

Neste particular entendemos que é necessário que os CTT se mantenham como uma entidade de referência nacional, mais direccionada para melhor atender às necessidades das populações e das empresas, na vertente da prestação de bons serviços postais, como acontecia nos governos socialistas.

ANTÓNIO RAMOS PRETO

Política Externa, Cooperação e Comunidades

ASFIXIA FINANCEIRA PENALIZA AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL

I. A análise do Orçamento do Estado para 2005 não pode deixar de ser analisado fora de todo o período que a coligação de direita já leva de mandato. Assim, o MNE foi o Ministério mais fortemente penalizado, pondo em causa a afirmação de Portugal no mundo.

Assim, em 2003 o MNE teve um corte de 11,3 por cento, em 2004 de 6,4 por cento, o que levou o ex-ministro Martins da Cruz a afirmar que se o MNE fosse uma multinacional estava falida.

Em 2005 o crescimento em relação a 2004, de 0,8 por cento é inferior a menos de 50 por cento, da inflação estimada e 1/4 do crescimento previsto pelo próprio Governo. A conclusão é fácil - a afirmação de Portugal no mundo é apenas uma afirmação de retórica para este Governo.

No que respeita ao PIDDAC a preços correntes, a queda de 2002 a 2005 é de 23 por cento, sendo que alguns institutos apresentam o orçamento totalmente previsto em PIDDAC. Quer dizer - há verbas para consumo englobadas como de investimento. É por isso que o crescimento em 2005 relativamente a 2004, de 1,8 por cento é fictício.

II. A verba para as Comunidades é a mesma de 2004 (2,7 por cento) e a única rubrica que aumenta são as verbas do gabinete do secretário de Estado. O Conselho das Comunidades mantém a mesma verba de 2004 (230 mil euros). A difusão da Língua e da Cultura Portuguesa, que tão esquecida tem sido pela maioria de direita, não tem qualquer aumento significativo e tem-se traduzido no encerramento de cátedras e de leitorados com supressão, assim como a não contratação de dezenas de professores.

No que concerne à chamada reestruturação consular, temos vindo a assistir ao encerramento de embaixadas, consulados e despedimentos de centena e meia de funcionários. Numa atitude de revolta, muitos compatriotas renunciaram à nacionalidade portuguesa.

III. Quanto à cooperação, não existe política global, ao contrário do que sucedeu nos governos PS. Os programas integrados de cooperação (PIC), só o ano passado foram timidamente retomados, o IPAC esteve paralisado durante cerca de dois anos, viu reduzido o orçamento em 50 por cento em dois anos, conduzindo a que nem sequer se realizasse a cimeira Europa-África em Abril de 2003, instrumento indispensável para a afirmação de Portugal no espaço africano lusófono. O actual orçamento nem contempla verba para a sua realização.

Quanto aos Institutos autónomos de apoio humanitário, valem as considerações a propósito do PIDDAC.

IV. A política do Instituto Camões tem-se traduzido na asfixia financeira e na paralisação do Instituto no estrangeiro, limitando-se os conselheiros culturais a receberem apenas o vencimento, como recentemente foi tornado público. A instabilidade de direcção do Instituto tem sido a regra, tal como no IPAC e pela partidarização das nomeações para cargos de chefia.

O que é mais significativo é que o actual Governo, no programa eleitoral dava grande relevo às acções do Instituto Camões, o que é contrariado pelas políticas levadas a cabo, que nem constam do programa do actual Governo.

VERA JARDIM, VÍCTOR RAMALHO E CARLOS LUIS

Saúde

OS MESMOS ERROS DE 2004

O orçamento da saúde para o ano de 2005 agora em discussão enferma dos mesmos erros a que nos têm habituado nos últimos anos. Na realidade, apesar das palavras já habituais sobre reforma da saúde deste Governo, aquilo que se verifica é a continuação de uma política de subfinanciamento do SNS, que põe claramente em causa qualquer tentativa de gestão com qualidade e eficiência. Como é possível prever um crescimento de 2,9 por cento em relação ao OE do

ano anterior, quando em 2004 já se verifica a sua insuficiência tendo sido totalmente ultrapassado, e tendendo a gerar um novo défice para o próximo ano na ordem dos 1000 milhões de euros. O sub financiamento do SNS, apesar de várias manobras de desorçamentação, faz disparar o défice da saúde como é evidente. A necessidade da apresentação de novo Orçamento rectificativo, onde cerca de 1800 milhões de euros são inscritos para pagamentos de dívidas dos anos de 2002 e 2003 demonstra claramente como esta política é errada. O que é fundamental para os portugueses é que qualquer reforma nos serviços de saúde traga mais qualidade e ganhos efectivos em saúde. Ignorar que a solução não passa por gastar menos mas sim por gastar melhor, e não dotar o sistema de saúde de verbas suficientes para a sua gestão mais eficaz, quando se pretende, e bem, no discurso político melhorar o acesso da população a cuidados de saúde, sobretudo através do incremento do número de consultas externas ou intervenções cirúrgicas programadas, é uma incongruência e revela falta de visão estratégica. Bons cuidados de saúde requerem investimento para colher frutos mais tarde.

Os Hospitais SA, apresentados publicamente como o paradigma da gestão e do controlo da despesa, conseguem segundo as contas que vão sendo apresentadas a conta-gotas gastar menos e produzir mais. A evidência sobre a experiência dos 31 hospitais SA é que se bem que pareça existir mais eficácia, ele não se traduz numa melhoria da eficiência. O anúncio da injeção de mais 600 milhões de euros para a criação de mais 25 Hospitais SA, sem uma avaliação independente e credível desta experiência, indica que as principais preocupações do Governo se centram em aspectos de índole financeira (desorçamentação de 600 milhões de euros), política (maior controlo e manipulação dos resultados através da "holding" a criar) e de facilitação futura para a privatização da saúde em Portugal (o subfinanciamento dos hospitais SA através das dotações transferidas do SNS e a sua estrutura jurídica facilitam a existência futura de falências, podendo o sector financeiro adquirir com facilidade a massa falida em especial se forem credores).

Ao nível da construção de novos hospitais, este Governo que tanto tem criticado as Scut's, lançadas pelos governos do PS, prepara-se para construir 10 novos hospitais no regime de parcerias público-privado que irão absorver 7.418,8 milhões de euros até 2037, entregando a gestão dessa unidade a entidades privadas que as constroem e exploram. A importância de novas unidades de saúde é inquestionável e este pode ser um caminho para que elas sejam uma realidade mais cedo. Não podemos é ter discursos diferentes para realidades iguais.

A questão da política do medicamento continua sem a consistência necessária para que efectivamente se assista a uma diminuição da despesa sustentada, quer para o Estado quer para as famílias, e também a uma melhoria da qualidade da prescrição. A aposta numa política que reforce o papel dos medicamentos genéricos no mercado é positiva e deve ser continuada. Aliás, foi o Governo do PS que iniciou essa política, entretanto tão mal continuada pelos governos seguintes. Infelizmente só passados quase três anos de Governo, chegaram à conclusão que a herança que tinha ficado era efectivamente a melhor solução. Após terem denunciado um protocolo com a indústria farmacêutica em 2002, que em 2001 tinha recuperado para o Estado cerca de seis milhões de contos da factura com medicamentos, chegaram finalmente à conclusão que necessitam de fazer um protocolo com a indústria farmacêutica para controlo dos gastos com medicamentos.

Apesar de todos os avisos, foi preciso verificarem que o crescimento com a despesa de medicamentos em Junho de 2004 já crescia 12 por cento para tomarem essa decisão. Aliás, também tarda a decisão em relação a outras formas para controlar os custos, pois o preço referência depois da baixa inicial previsível já não consegue sustentar os custos quer para o Estado quer para as famílias.

Em resumo, a política anunciada de contenção de gastos com a saúde traduziu-se num enorme fracasso no corrente ano. O ano de 2005 dados as perspectivas financeiras apresentadas e as tendências de crescimento de custos em saúde não irão com certeza ser muito diferentes.

Como afirma Correia de Campos "a reforma em curso em Portugal, inovando nas estruturas e no modelo de gestão dos hospitais e centros de saúde através de novas formas de gestão empresarial, poderá vir a ter sucesso na melhoria da eficácia e eficiência do sistema. Para tal é necessário que as mudanças se realizem com maior transparência, sem rupturas não planeadas, que possam ter efeitos perversos".

LUIS CARITO

Desporto

FINANCIAMENTO PÚBLICO VOLTA A DEFINHAR

No relatório do Orçamento do Estado para 2005, o Governo elenca quatro prioridades para o próximo ano: o aumento da prática desportiva, a modernização e requalificação do Complexo Desportivo do Jamor, o desenvolvimento da reforma do sistema legislativo e a preparação dos projectos olímpico e paralímpico.

O Instituto Nacional do Desporto, resultante da fusão do IND, CEFD e CAAD, aumenta o seu orçamento à custa de receitas próprias, para 87,1 milhões de euros, sendo que prevê gastar só em despesas de funcionamento o montante de 56,8 milhões de euros, ou seja cerca de 65 por cento do total do seu orçamento privativo.

À alta competição e a infra-estruturas desportivas e de recreio dedica montantes, respectivamente na ordem dos 11,8 milhões e 16,8 milhões de euros.

A expressão orçamental e a substância de presença e afirmação do Desporto nas GOP e no Orçamento de Estado vêm definindo ano após ano com a actual maioria com reflexos profundamente negativos no quadro do financiamento público ao Desporto.

A análise mostra não só a escassez de meios postos ao serviço do Desporto - de nada serviu a afirmação nacional do Euro 2004 -, mas também a ausência evidente de transparência e de um projecto para um futuro competitivo e moderno para o desporto nacional.

LAURENTINO DIAS

ANTÓNIO COSTA AO ACÇÃO SOCIALISTA

"GOVERNO PASSOU À FASE DA

À conquista de "novas fronteiras", o PS tem de credibilizar com urgência uma alternativa ao actual Governo que "passou à fase da negação da realidade". Em entrevista ao "Acção Socialista", António Costa volta a defender o Plano Tecnológico como solução capaz para vencer os desafios do crescimento, do emprego e da competitividade.

Falando na qualidade de presidente dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, Costa anunciou a diversificação dos instrumentos de comunicação da delegação com os cidadãos, em primeira mão avançou a notícia de que a partir de 12 de Novembro os eurodeputados cumprirão uma agenda regular de reuniões com as estruturas distritais e explicou as razões pelas quais os socialistas europeus estão contra a Comissão presidida por Durão Barroso.



Qual a avaliação que faz do XIV Congresso Nacional do Partido Socialista?

Foi um momento de um debate claro e frontal muito positivo. Desde 1992 que o partido não tinha um grande confronto interno. Foi positivo que o tenha havido e, sobretudo, que o secretário-geral eleito tenha tido a capacidade de unir o PS a seguir ao congresso em torno da sua liderança, tendo marcado uma linha clara de que todos são necessários para os combates que o partido tem de fazer para a sua própria renovação, credibilização na sociedade e para conquistar novas fronteiras.

Como caracteriza as orientações políticas saídas do congresso e como encara este novo ciclo na vida do PS?

Acho que o partido interpretou correctamente a mensagem que os portugueses deixaram nas eleições europeias. Os portugueses querem uma alternativa de governo e que ela se credibilize com urgência.

O congresso elegeu um líder, mas definiu também uma estratégia política, um programa de trabalho, e esta prioridade dada à construção da alternativa, através das novas fronteiras, é absolutamente decisiva para a constituição de um importante bloco social de apoio a uma alternativa de governo liderada pelo PS.

Em termos programáticos qual ou quais as novidades que podemos afirmar?

A grande questão que se coloca actualmente aos socialistas é saber

como é que podemos contribuir positivamente para o crescimento económico com solidariedade, numa economia cada vez mais globalizada e competitiva. É a este desafio que temos de dar resposta: a capacidade de crescer, de gerar emprego de uma forma solidária, mas competitivos no mercado mundial.

Do seu ponto de vista quais devem ser a prioridades da agenda política socialista para os próximos tempos?

As prioridades são aquelas que nós próprios propusemos à União como prioridades para a Europa na "Estratégia de Lisboa". A síntese feita por José Sócrates na sua candidatura, relativamente ao Plano Tecnológico, é uma estratégia concertada que visa a qualificação das pessoas, o reforço da capacidade tecnológica, da qualidade da gestão, a melhoria e a reforma dos serviços públicos. Estes são elementos-chave para vencer este desafio.

Depois das europeias a coligação voltou a capitular eleitoralmente nos Açores e na Madeira o PSD, apesar da maioria alcançada, baixou percentualmente. Quais as conclusões que retira destes factos?

Nos últimos três meses, o PS teve o seu melhor resultado eleitoral de sempre nas europeias e nas regiões autónomas portuguesas. Isto significa uma mensagem muito clara dos portugueses. As pessoas não querem mais esta

coligação de direita no poder e querem um novo Governo liderado pelo PS.

Após estas grandes vitórias, o que deve ser feito para não cairmos em euforias?

A democracia é um exercício de liberdade e creio que é isso também que os cidadãos sentem. As pessoas, para além de descontentes com as políticas deste Governo, estão também insatisfeitas com a forma como a actual acção governativa é exercida. A arrogância e o autismo são marcas do cavaquismo que penalizam de novo esta coligação de direita. Quando ela passou à fase de negação da realidade e a querer convencer-se que tem um mero problema de comunicação que se resolve com uma Central, isso demonstra um profundo autismo desta maioria relativamente ao sentimento do país e à realidade em que Portugal se encontra hoje.

Voltando às avaliações, qual é a sua relativamente ao Governo liderado por Santana Lopes?

Este é um Governo inexcusável a bater as piores expectativas que era possível ter sobre qualquer executivo em Portugal.

Como interpreta todos estes episódios em torno da tentativa de condicionar a Comunicação Social pública e privada?

Há uma pulsão autoritária sempre presente na direita portuguesa, só que umas vezes se manifesta e outras adormece. Essa pulsão acontece agora numa altura em que, não podendo mudar a realidade, tenta escondê-la a

Há uma coisa que é clara: temos hoje um líder da oposição eleito directamente pelos militantes no congresso e temos um líder de governo que não foi eleito nem por militantes, nem por eleitores

todo o custo. Ora, as realidades não se escondem. Esse é mais um erro de palmaria que esta maioria comete.

O Presidente da República disse que o actual Governo tem legitimidade idêntica a anteriores executivos. Qual é o seu pensamento sobre esta matéria?

Há uma coisa que é clara: temos hoje um líder da oposição eleito directamente pelos militantes no congresso e temos um líder de governo que não foi eleito nem por militantes, nem por eleitores, em nenhum congresso. Isto, do ponto de vista da legitimidade política, faz toda a diferença e ela é incontornável para o dr. Santana Lopes.

No âmbito do Secretariado Nacional foram-lhe atribuídas responsabilidades ao nível dos assuntos europeus. Nesse plano, podia fazer-nos o ponto da

agenda europeia?

A agenda europeia apresenta-se densa. Estamos numa fase em que se debate a instituição da nova Comissão, em que se vai fazer a avaliação de metade do percurso da Estratégia de Lisboa, em que se vão fixar as perspectivas financeiras para 2007-2013 e em que os 25 Estados-membros vão ser chamados a rectificar o tratado que cria a Constituição europeia e que será assinado no final desta semana, em Roma.

Quais as razões que levam os socialistas europeus a votar contra a Comissão Europeia presidida por Durão Barroso?

Cada vez mais o quadro europeu vai espelhar as diferenças político-ideológicas que já conhecemos a nível interno, em cada Estado-membro. Quando o PPE sustentou que o presidente da Comissão tinha de sair das filas desse partido, porque era o seu grupo parlamentar o mais expressivo no hemiciclo europeu, isso fixou também, naturalmente, uma linha de fractura política, no Parlamento Europeu (PE), relativamente à Comissão.

No que respeita a Durão Barroso, nós conhecemo-lo e sabemos que ele é coerente com aquilo que é. Tem uma Comissão com um programa para prosseguir uma política, que não é, claramente, a dos socialistas.

É evidente que, na arquitectura institucional da União Europeia, esta linearidade choca com o facto da Comissão ser uma emanção de um Conselho onde estão governos de direita, executivos socialistas e até um

NEGAÇÃO DA REALIDADE”



comunista – o Governo de Chipre –, e, por outro lado, da própria Comissão integrar comissários que representam diferentes cores políticas no Conselho. Ora, a verdade é que, nas audições feitas aos comissários, houve um conjunto deles que mereceu uma avaliação negativa por parte do Parlamento Europeu e, em particular, dos socialistas, e, nalguns casos, da generalidade do PE. Tratam-se de situações distintas. Por um lado, temos casos como o da comissária holandesa designada para a pasta da concorrência, cuja nomeação suscitou problemas de conflitos de interesses que não estão esclarecidos nem resolvidos. Por outro lado, temos situações de comissários que revelaram clara incompetência para as funções que vão desempenhar e em aspectos decisivos como o da fiscalidade ou do ambiente. Finalmente, registou-se um caso que extravasou bastante as fronteiras socialistas, isto é, o do comissário designado para a pasta da justiça e assuntos internos. É obviamente a pasta mais difícil de preencher, pois trata-se de substituir o grande comissário que foi António Vitorino.

Foi uma escolha absolutamente errada ter-se ido buscar um ministro dos Assuntos Europeus do Governo dos Estados-membros que mais se opôs ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça para lhe confiar agora precisamente as funções que implicam a responsabilidade pelo seu desenvolvimento.

Convém ter a noção de que, das 12 medidas adoptadas pela União a seguir ao 11 de Setembro, a Itália transpôs uma

única directiva para a sua legislação interna. Ora, o senhor Buttiglione não era um ministro qualquer no Governo italiano. Ele foi o responsável directo pelo facto da Itália ter combatido o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Confiar-lhe agora esse desenvolvimento que ele combateu é o mesmo que entregar à raposa a guarda do galinheiro. Esse é um motivo determinante para ser inaceitável na pasta da Justiça. A crescer a isto, o senhor Rocco Buttiglione, em declarações dentro e fora do PE, revelou uma atitude de intolerância e preconceituosa relativamente a temas centrais da política da igualdade. Isso ficou patente no que exprimi sobre as mães solteiras, a família e a homossexualidade. Na Justiça isto é inadmissível.

Esta é uma questão da maior importância. Hoje que a Europa vive cercada da ameaça de vários fundamentalismos, não pode ser ela a premiar os que existem no seu próprio seio. Este seria um erro estratégico e um sinal muito errado que dávamos aos Mundo, onde a UE deve promover um dos seus grandes valores: a tolerância.

Ainda nas questões europeias, e a propósito do futuro referendo, não teme a verificação de uma forte abstenção?

É evidente que existe esse risco e ele deve ser combatido, por um lado, com uma informação tão clara quanto possível aos cidadãos do que significa a existência duma Constituição europeia e, por outro lado, da mobilização do eleitorado para votarem “Sim”.

Foi uma escolha absolutamente errada ter-se ido buscar um ministro dos Assuntos Europeus do Governo dos Estados-membros [Rocco Buttiglione] que mais se opôs ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

A existência do risco não nos deve desmobilizar. Pelo contrário, exige de nós maior determinação para esse que será o primeiro grande combate do ano 2005.

Como mobilizar os cidadãos?

Primeiro, é preciso mobilizar com uma acção pedagógica de informação junto das pessoas, frisando a necessidade e a importância da Constituição e da construção europeias.

Os cidadãos devem ter a noção clara de que, hoje, as grandes questões que têm a ver com a sua vida exigem o instrumento Europa para serem resolvidos. As ameaças à segurança, as questões do ambiente, da migração, a necessidade de introduzir alguma regulação no processo de globalização etc, exigem uma instância com a dimensão da UE. Por outro lado, as pessoas têm que perceber que para que a União funcione a 25 tem que ter instrumentos que assegurem a sua agilidade e eficácia no

processo de decisão. A Constituição assegura isso.

Em terceiro lugar, a Constituição vem responder a algumas necessidades reconhecidas por muitos e que eram insuficientemente resolvidas ou não resolvidas nos tratados em vigor. Há, pois, um reforço da legitimidade democrática na União, consagra-se o pleno emprego como um objectivo fundamental da política económica comum, cria-se uma base jurídica para se poder regulamentar os serviços públicos.

A delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, por si liderada, vai passar a editar mensalmente um destacável sobre assuntos europeus aqui no “Acção Socialista”. Que importância atribui a esta nova forma de comunicação com os nossos militantes?

A comunicação regular com os militantes e com os portugueses em geral é fundamental. Não podemos, de cinco em cinco anos, lamentar-nos com a abstenção que existe nas eleições europeias sem perceber que ela não se combate no momento da campanha, mas ao longo do exercício do mandato. Isto requer que encetemos novos métodos de trabalho. O que procurámos fazer foi, por um lado, diversificar os nossos instrumentos de comunicação.

Actualmente, temos uma “newsletter” digital que todas as sextas-feiras é emitida para uma base de dados que hoje já tem uns milhares de destinatários e

onde damos a informação corrente da semana, sempre com o tema de destaque, dando ainda parte da actividades de cada um dos 12 eurodeputados socialistas.

Vamos passar a ter um segundo instrumento de comunicação que é este suplemento no “Acção Socialista”, sendo que o nosso órgão oficial chega, presentemente, a casa de todos os militantes do partido e, portanto, é uma informação mais desenvolvida e com um público mais lato sobre os grandes temas do mês ao nível europeu.

Finalmente, há um terceiro instrumento de comunicação, que designamos “Cadernos da Europa”, onde vamos ter brochuras temáticas sobre algumas questões de fundo ao nível europeu. Abordam-se a adesão da Turquia, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, as novas perspectivas financeiras, entre outras problemáticas, por forma a organizar pequenos *dossiers* de informação mais detalhada sobre alguns dos temas relevantes da Europa.

Todavia, há uma coisa imprescindível que é o contacto directo com os militantes e com os cidadãos. Portanto, temos um programa feito com as federações que permitirá aos parlamentares socialistas portugueses no PE, com uma periodicidade bimensal, estar em seis distritos e regiões autónomas diferentes do país.

Este é um programa que arranca já a 12 de Novembro, visando a presença regular de todos os eurodeputados do PS nas estruturas distritais, para auscultar de perto inquietações e problemas dos militantes e dos cidadãos.

PORQUE É QUE O MODELO DAS SCUT'S PROMOVE O DESENVOLVIMENTO E DEFENDE O ESTADO



JOSÉ JUNQUEIRO

I. Instabilidade nas obras públicas

A Maioria nomeou três ministros em 2,5 anos.
A Maioria vai nomear o 4º presidente do IEP em 2,5 anos
A maioria acaba de extinguir o IEP e criar a EPEP
A Maioria não tem uma política. Cada ministro tem a sua.

II. O ministro defendeu as SCUTs – vias sem custo para o utilizador – convém lembrar

O Ministro – na sua vida privada e como técnico – elaborou pareceres defendendo as SCUTs. Não explica o que se terá passado para mudar de opinião! Instado a enviar à Comissão de Obras Públicas aqueles documentos que elaborou na sua actividade privada não respondeu nem entregou.

III. A elaboração de um estudo e a formação de uma Comissão de Peritos

O PS vai entregar um Projecto de Resolução para a elaboração de estudos e a Constituição de uma Comissão de Peritos que faça a sua análise técnica para, depois, as suas conclusões poderem fundamentar a discussão política.

IV. Custos reais e sustentabilidade do sistema

- 1. A preços de 1999 e à taxa de actualização** que a ex-ministra Manuela Ferreira Leite mandava usar, 4 por cento, o valor global para o pagamento do sistema seria de 5000 milhões de euros e não de 15.000 milhões como já no tempo de Durão Barroso era insinuado.
- 2. Os benefícios económicos**, de coesão social e de coesão territorial, de competitividade e desenvolvimento gerado por novas actividades, expansão das existentes, redução directa e indirecta de custos e aumentos de produtividade permite-nos concluir que o multiplicador do investimento é de 1,4, ou seja: por cada 100 euros investidos o rendimento é de 140 euros.
- 3. O modelo SCUT é 25% mais barato** do que o modelo de empreitada tradicional e as receitas fiscais a ele associadas, só na fase de construção, significam que 40% do valor do investimento reverte para as Finanças
- 4. Daí que seja justo afectar ao IEP não só os custos em exclusivo**, mas parte das receitas fiscais compensatórias que neste momento revertem na totalidade para o Ministério das Finanças. O encaixe com a venda das acções da Brisa foi para as Finanças enquanto o pagamento dos encargos do Estado foi para o IEP sem qualquer compensação.
- 5. As receitas fiscais dos impostos específico evoluíram**, entre 2001 e 2004 26 por cento, **871 milhões de euros** atingindo um total, em 2004, de **4 biliões e 210 milhões de euros**.

Impostos Específicos	2001	2002	2003	2004
Imposto s/ Produtos Petrolíferos (ISP)	2.145.908,2	2.745.418,9	2.946.396,3	3.200.000,0
Imposto Automóvel (IA)	1.193.201,6	1.150.391,9	985.098,5	1.010.000,0
Total	3.339.109,8	3.895.810,8	3.931.494,8	4.210.000,0
				+ 26%

Fonte: OE de 2001 a 2004

6. O Estado só afecta ao IEP cerca de 17 por cento e a sustentabilidade do sistema exige 30 por cento, pouco menos de 1/3. Assim mais de 2/3 poderiam ser reinvestidos em outras áreas estratégicas.

7º Para onde vai este excedente de 83 por cento, 5/6, dos 4 biliões e 210 milhões de euros?

Para o défice.

Com o negócio feito com a introdução de portagens na CREL o Governo encaixou, de uma só vez, a receita de 30 anos: 300 milhões de euros. A receita foi directa para o défice e nem um tostão para as estradas. O défice continua a aumentar e as estradas não se construíram.

8º Se não fosse o sistema SCUT só em 2025 teríamos as auto estradas que libertam o Interior do seu isolamento: Chaves, Vila Real, Lamego, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre... só assim é possível ir de Lisboa à Guarda utilizando uma auto-estrada.

V. O Cinismo da Maioria

1. Em 29 de Julho de 2003 o então primeiro-ministro da Maioria foi inaugurar a A23, dizendo que *"é uma via estruturante para ligar Portugal à Europa, o Interior ao Litoral... uma via estruturante que vai desencravar o Interior... e que o não pagamento de portagens vem reforçar esta meta"*. Pois bem, quando chegou à Assembleia da República verberou contra os malefícios das SCUT's não sem que antes o ministro Valente de Oliveira aprovasse e adjudicasse, com Manuela Ferreira Leite, a SCUT do Grande Porto, sua terra de origem.

2. A Maioria disse que era mau o sistema SCUT, mas comprometeu-se com a construção de 11 novos hospitais pelo mesmo sistema.

3. A Maioria disse que as portagens permitiriam ter mais dinheiro para mais benefícios na Saúde. Todos sabemos que vai ser introduzido nos hospitais o pagamento diferenciado no acesso, bem como pagamento dos actos médicos. Não será, portanto, para aqui!

4. A Maioria disse que as portagens permitiriam ter mais dinheiro para investir no ensino. Sabemos agora que os professores ainda foram colocados e que nem todos os alunos ainda têm aulas, sendo certo que os manuais escolares tiveram o maior aumento de sempre e nas Universidades se paga propina máxima. Não será, portanto, para aqui!

5. A maioria disse que queria aplicar o princípio do utilizador-pagador, mas como só canaliza para as estradas 1/6 do que delas recebe – **os automobilistas são seis vezes mais pagadores do que utilizadores**

6. A Maioria esquece-se de dizer, por exemplo, que os Transportes Públicos dão cerca de 250 milhões de euros ano de prejuízo e têm um défice acumulado de 10.000 milhões de euros. **Como é que a Maioria aplica o princípio do utilizador-pagador?** Obrigando os cidadãos de Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, Leiria, Évora, Beja... por exemplo... a pagar o Metropolitano de Lisboa... o metropolitano que não utilizam.

VI. O que realmente quer a Maioria?

- O presidente do Tribunal de Contas, na Assembleia da República, na COPTH, apesar sua perspectiva contabilística – que não política – admitiu que o sistema SCUT é o que melhor defende o Estado

- E que o indesejável é o processo que durante o cavaquismo, em 140 Obras Públicas que analisou, permitiu um desvio médio, entre o início e o fim das obras de 77 por cento. Para onde foi o dinheiro?

É isto que quer a Maioria: voltar a negociar

Partido Socialista

Visite na internet www.ps.pt

PS

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO PARLAMENTAR
GRUPO PARLAMENTAR EUROPEU
JUVENTUDE SOCIALISTA

MULHERES SOCIALISTAS
GABINETE DE ESTUDO
ACÇÃO SOCIALISTA
INTERNACIONAL SOCIALISTA

2004 © PS - Partido Socialista - todos os direitos reservados

CRAVINHO DISPONÍVEL PARA PRESTAR TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE SCUT'S

Não obstante ter estado ausente no dia 13 na audição parlamentar pedida pela maioria PSD/CDS-PP para explicar o processo das Scut's, o deputado socialista João Cravinho esteve sempre disponível para, na comissão especializada competente, prestar todas as informações sobre a construção das auto-estradas sem portagens. E continua à espera que o ministro António Mexia "se digne aceitar um debate público sobre esta questão". Mas, refere o GP/PS numa nota à Imprensa, "tal disponibilidade esteve sempre associada ao cumprimento das regras mínimas de urbanidade e de respeito que são devidas a um cidadão ou deputado quando convidado por uma comissão parlamentar".

Recorde-se que numa carta enviada ao presidente da Comissão parlamentar de Obras Públicas, Jorge Neto, o deputado socialista refere que o facto de lhe ser imputada "a responsabilidade política de todo o processo das Scut representa uma flagrante violação do princípio da objectividade e não discriminação na atribuição de responsabilidades políticas".



"Estou totalmente disponível para colaborar com a Comissão mas assinei apenas um dos sete contratos de concessão das auto-estradas Scut - o da Beira Interior - o último já foi aprovado

pelo Governo de Durão Barroso - o do Grande Porto", explica João Cravinho na missiva.

"Assumo as minhas responsabilidades mas não quero ser discriminado e tratado

contra a lei", reiterou o ex-ministro socialista, lembrando que o decreto-lei que dá origem às Scut prevê responsabilidades políticas para o ministro do Equipamento, para o ministro das

Finanças e, em última análise, para todo o Governo, já que se trata de um diploma aprovado em Conselho de Ministros.

Sublinhando que continua a defender "a bondade estratégica e financeira do conceito das Scut", Cravinho considera que não poderá ser responsabilizado pelo que se passou depois de Outubro de 1999, altura em que abandonou o Governo.

"Tenho a certeza que a Comissão não actuará discriminatoriamente querendo ouvir apenas o signatário concentrando nele a responsabilidade política de todos os outros governantes até ao XVI Governo, contra o que expressamente diz a letra de lei", afirma.

Por outro lado, o deputado socialista lembra que já passaram cinco anos desde que cessou funções no Governo, realçando que no requerimento subscrito por PSD e CDS-PP "não estão explicadas as matérias concretas" sobre as quais o pretendem ouvir.

"Estou inteiramente disponível para colaborar mas preciso de saber aquilo que querem que eu explique", acrescentou.

FRAUDE POLÍTICA NO IEP

O deputado socialista João Cravinho acusou o Governo de "fraude política" em matéria de Scut's (auto-estradas sem portagens), responsabilizando-o também pela crise orçamental do Instituto das Estradas de Portugal (IEP). "A crise orçamental do IEP é uma autêntica fraude política para fundamentar o que não tem fundamento", acusou o ex-ministro socialista, durante o debate mensal na AR com o primeiro-ministro. "Se colocassem o orçamento do IEP em 2005 ao nível de 2002 seria suficiente para pagar as SCUT e aumentar em mais do dobro o que ficaria para o restante", afirmou Cravinho.

"Nós somos pela defesa do interior, o senhor primeiro-ministro, com falinhas mansas, é contra", acrescentou.

Por sua vez, o deputado socialista José Junqueiro recordou as razões da ausência de João Cravinho da audição parlamentar sobre as Scut: não lhe terem sido previamente facultados os quesitos que a comissão queria ver esclarecidos e por considerar não ser o único responsável político pelas SCUT, já que apenas assinou um dos sete contratos



de concessão.

"Era bom que a Comissão de Obras Públicas chamasse todos os responsáveis políticos dos vários governos, incluindo os do PSD", sugeriu Junqueiro.

Para o PS, sem o cumprimento dessas condições, João Cravinho passaria de "convidado a convidado compulsivo", acusando a maioria de direita de adoptar uma "estratégia de silenciamento das oposições".

PS QUER CRITÉRIOS UNIFORMES NAS AUDIÇÕES PARLAMENTARES

O PS propôs que sejam definidos "critérios uniformes" para as audições em todas as comissões parlamentares, uma iniciativa que foi rejeitada pela maioria.

A questão foi levantada no dia 19 pelo líder parlamentar do PS, António José Seguro, em conferência de líderes, depois de o ex-ministro socialista João Cravinho

ter sido criticado pela maioria e pelo primeiro-ministro por faltar a uma audição parlamentar sobre as Scut.

"Não se trata de criar uma regulamentação mas de definir um conjunto de critérios uniformes regulados pelo bom senso", referiu António José Seguro, afirmando que o presidente da Assembleia da República,

Mota Amaral, prometeu levar o assunto à próxima reunião de presidentes das comissões parlamentares.

"Se a maioria quer um debate sério sobre as Scut faz sentido ouvir outras pessoas", disse António José Seguro, reafirmando sempre a disponibilidade de Cravinho para ser ouvido na comissão.

Opinião

NÃO VÊM, NÃO OUVEM, NÃO LÊM

A defesa dos direitos humanos, para um democrata exigente, não pode ser subordinada a qualquer cálculo político de circunstância. Mas, em todas as épocas, há os que não vêem, não ouvem, não lêem. Tal distração, como dizia Goya do sono da razão, produz monstros.



PAULO PEDROSO

Já todos ouvimos falar de Guantanamo, uma base militar de jurisdição dos EUA encravada em Cuba, para a qual são levados presos "inexistentes", que nem estão sob jurisdição civil nem sob a protecção das convenções internacionais referentes a prisioneiros de guerra. Não sabemos quantos são, quem são, de onde vieram, porque ali estão.

Para muitos dos presos de Guantanamo, o simples facto de aí se encontrarem é já uma grave violação dos direitos humanos. As posições da Administração americana sobre o assunto são, aliás, um exemplo da sobrevivência de

situações kafkianas. Quando lhes convém, os advogados da Administração invocam a soberania americana sobre Guantanamo para logo, quando lhes é inconveniente invocarem a sua extraterritorialidade.

Guantanamo é parte nenhuma, o que é uma vergonha para uma democracia sólida. Há dias o *New York Times* trouxe mais uma notícia sobre violações dos direitos humanos na base militar. Na Assembleia da República houve um voto de protesto, da iniciativa do BE, sobre o assunto. O que fizeram os deputados do PSD e do CDS? Inviabilizaram-no, disseram, por não terem testemunhos independentes do que se passa na ilha. Reduziram-se à lamentável posição com que o PCP no passado nos brindava a propósito do ex-Bloco de Leste e ainda hoje tem sobre Cuba ou a Coreia do Norte. A defesa dos direitos humanos, para um democrata exigente, não pode ser subordinada a qualquer cálculo político de circunstância. Mas, em todas as épocas, há os que não vêem, não ouvem, não lêem. Tal distração, como dizia Goya do sono da razão, produz monstros.

CRIADA NOVA ENTIDADE PARA FISCALIZAR CONTAS DOS PARTIDOS

A Assembleia da República aprovou na passada quinta-feira um projecto de lei apresentado pelo PS e a maioria PSD/CDS-PP que visa criar uma nova entidade para fiscalizar as contas e financiamentos políticos, a funcionar junto do Tribunal Constitucional.

O diploma destina-se a regulamentar um princípio já expresso na Lei de Financiamento dos partidos, aprovada em Abril de 2003, mas que, na sua quase totalidade, só entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2005.

A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos pretende ser um órgão independente com a missão de coadjuvar tecnicamente o Tribunal Constitucional "na apreciação e fiscalização das contas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais para o Presidente da República, a Assembleia da República, o Parlamento Europeu, as Assembleias das Regiões Autónomas e as autarquias locais".

"Esta entidade terá como objectivo essencial a fiscalização no terreno", explicou o camarada Alberto Martins, que coordenou no PS as propostas relativas à reforma do sistema político, em que se inclui a Lei do financiamento dos partidos.

Na prática, adiantou, os membros desta entidade (três, um dos quais revisor oficial de contas) serão uma espécie de "inspetores que podem actuar no terreno".

"O grande problema das campanhas não eram as contas, mas as despesas efectivamente realizadas", afirmou o deputado socialista, considerando que com a nova entidade "passará a haver conformidade entre os gastos declarados e os efectivamente realizados".

Ou seja, na próxima campanha eleitoral - a das eleições autárquicas no final de 2005 - a qualquer momento os partidos poderão ser confrontados com inspecções ao material de propaganda utilizado e respectivos custos, por exemplo.

Os membros da nova entidade serão escolhidos pelo Tribunal Constitucional e terão remunerações equiparadas à de juiz desembargador, uma forma de "conferir dignidade ao cargo", segundo Alberto Martins.

A lei prevê que os membros desta entidade não possam exercer funções em órgãos de soberania, das regiões autónomas ou do poder local nem ter qualquer actividade político-partidária de carácter público, além de limitar a sua participação em empresas.

O novo órgão, cujos encargos com o funcionamento são suportados pela dotação orçamental atribuída ao TC, pode realizar inspecções e auditorias a actos, procedimentos e aspectos de gestão financeira "quer das contas dos partidos políticos quer das campanhas eleitorais".

A entidade fiscalizadora terá ainda competência para aplicar sanções financeiras por incumprimento dos deveres de comunicação e colaboração.

AMBIENTE E URBANISMO

PLANO DE PORMENOR DA FIGUEIRA DA FOZ É ILEGAL

O Governo deve inviabilizar o plano de pormenor aprovado pela autarquia da Figueira da Foz, já que este está ferido de ilegalidades e constitui um verdadeiro atentado contra o ambiente e a cidade ao prever a construção de uma polémica urbanização.

Esta exigência de Vítor Cunha foi vertida num requerimento dirigido ao ministro do Ambiente, onde o deputado socialista eleito pelo círculo de Coimbra questiona igualmente a actuação de organismos da tutela no processo.

Entre as ilegalidades apontadas pelo parlamentar do PS no documento está a "impermeabilização do solo de quase 100 por cento" na área de intervenção do plano, "uma zona de vale que serve de drenagem natural às águas pluviais".

Vítor Cunha frisou ainda que o plano "não respeita os mínimos legais exigíveis para zonas verdes" e que a solução proposta "estabelece densidades habitacionais e populacionais absurdas e desproporcionadamente elevadas para a zona", apontando para uma concentração de 750 habitantes por hectare. No requerimento, o também presidente da concelhia do PS da Figueira da Foz questiona a tutela acerca do seu "conhecimento do processo de suspensão e de alteração do Plano de Urbanização da Figueira da Foz" e sobre quais os "concretos pressupostos" ao abrigo dos quais aquela suspensão foi pedida e concedida.

Vítor Cunha pretende ainda saber se o ministro do Ambiente considera ou não que o referido Plano de Pormenor da Zona do Galante é um "crime ambiental e urbanístico" e como foram assegurados os direitos fundamentais dos cidadãos à qualidade de vida e a um ambiente equilibrado e saudável.

GOVERNO RECUA NA LEI DO ARRENDAMENTO

PS EXIGE ACTUALIZAÇÕES DE ACORDO COM AVALIAÇÃO FISCAL DOS PRÉDIOS

O PS apresentou no dia 21, no Parlamento, um conjunto de propostas de alteração ao diploma do Governo sobre revisão da lei das rendas, exigindo nomeadamente que as actualizações sejam feitas de acordo com a avaliação dos prédios para efeitos fiscais.

No debate na generalidade sobre a nova lei do arrendamento, o líder parlamentar do PS, António José Seguro, congratulou-se com o "recoo a tempo" do Governo ao ter entregue uma proposta de lei, em vez de uma autorização para legislar sobre o assunto, como o PS exigiu, de forma a que a futura legislação possa ser discutida na especialidade, recolhendo contributos das várias bancadas.

Mas, António José Seguro avisou que a sua bancada se pronunciará contra o diploma do Governo na votação final global, prevista para 18 de Novembro, se a maioria PSD/CDS não aceitar as propostas de alteração dos socialistas. As propostas de alteração à nova lei do arrendamento foram apresentadas em plenário pelo deputado do PS Eduardo Cabrita, que também justificou as razões que levaram a bancada socialista a optar pela abstenção no debate do diploma do Governo na generalidade.

"Concordamos com os objectivos da reforma, mas não concordamos com uma estratégia mediática de curto prazo que nada resolve e que cria graves rupturas sociais a médio prazo", referiu. E acrescentou que a lei do arrendamento apresentada pelo Executivo PSD/PP "é o símbolo de um Governo desorientado, sem espírito reformista e que atira para o futuro, a três anos de distância, as gravíssimas consequências sociais de propostas pouco pensadas e ainda menos discutidas".



Para o deputado do PS, a proposta do Governo "não resolve a necessidade de habitação condigna ao centrar a reforma, não na revisão das rendas mas na ameaça de despejo".

Entre as mudanças que o PS quer introduzir no diploma do Governo, Eduardo Cabrita apontou a necessidade de as actualizações de rendas serem feitas de acordo com a avaliação fiscal dos prédios, medida que deve também estender-se ao arrendamento comercial. Eduardo Cabrita defendeu ainda que "a renda máxima deve corresponder a uma percentagem a fixar, de acordo com as regras do mercado e do valor patrimonial do prédio para efeitos fiscais".

O PS exigirá ainda incluir na nova lei a possibilidade de um agravamento fiscal para os proprietários de prédios devolutos ou degradados que insistam em não colocar os seus imóveis no mercado de venda ou de arrendamento. Ainda segundo o deputado socialista, a nova lei deverá prever que as actuali-

zações das rendas comerciais sejam apreciadas por uma comissão arbitral "com a participação de associações representativas do comércio ou da restauração".

Entre as condições colocadas pelo PS, está também a intenção de ser "alargado o prazo mínimo de celebração dos contratos de arrendamento comercial". Intervindo também no debate, a deputada do PS Leonor Coutinho fez uma avaliação muito crítica do diploma do Executivo de direita, afirmando que "parece uma caixa negra em que todos são atingidos e não sabem o que poderão fazer". E sublinhou que "esta lei trata essencialmente de expulsões". Recorde-se, entretanto, que o GP/PS promoveu um conjunto de audições públicas com vários parceiros sociais, nomeadamente os representantes dos proprietários, dos inquilinos, dos comerciantes, dos empresários turísticos e da restauração, para análise da lei das rendas proposta pelo Governo.

J. C. C. B.

OTA

SOCIALISTAS QUEREM COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO FUTURO AEROPORTO

O Partido Socialista apresentou na quinta-feira um projecto de resolução que visa criar uma Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da construção do futuro aeroporto internacional, dada a importância deste empreendimento que "ultrapassa largamente a dimensão e importância de realizações como a Expo-98 ou o Euro-2004".

Intervindo na Assembleia da República, o deputado do PS José Miguel Medeiros referiu que o presente projecto, em todo semelhante àquele que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD na VII legislatura e, nessa altura, aprovado por unanimidade de todas as forças políticas representadas, "encontra a sua principal

razão de ser na dimensão e nas repercussões que um empreendimento com estas características inevitavelmente produzirá no nosso país".

É que, sublinhou o deputado socialista, "atentos os impactos financeiros, ambientais, no ordenamento do território, no desenvolvimento económico e social e, bem assim, a verdadeira revolução que implica no futuro da estruturação a todos os níveis do sistema nacional de transportes e comunicações, estamos em presença de um empreendimento que ultrapassa largamente em dimensão e importância de eventos como a Expo-98 ou o Euro 2004".

Trata-se, pois, segundo sublinhou

Miguel Medeiros, "de um projecto de interesse nacional e internacional indiscutível, verdadeiramente estratégico para o país e que por isso mesmo tem suscitado na sociedade portuguesa um especial interesse, tendo inclusive gerado amplos movimentos da sociedade civil, no sentido de apoiar e incentivar a sua concretização".

Neste contexto, o deputado do PS afirmou que "uma tal empresa justifica, sem margem para dúvidas, uma atenção e um interesse mais efectivo de um órgão de soberania com as responsabilidades e as competências da Assembleia da República" e daí a necessidade clara, segundo o deputado, de criar a comissão de acompanhamento.

GRUPO SOCIALISTA VOTA CONTRA COMISSÃO PROPOSTA POR BARROSO

O Grupo Socialista no Parlamento Europeu votou contra o colégio de comissários proposto pelo presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, por se ter recusado a efectuar uma redistribuição dos pelouros, ocupados por alguns comissários indigitados que levantaram muitas dúvidas, como é o caso do italiano Rocco Buttiglione, mas também de outros, como os que foram indicados pela Dinamarca, Grécia e Holanda.

Numa conferência de Imprensa que antecedeu a sessão plenária de Estrasburgo, o presidente do Grupo Socialista, Martin Schulz, sublinhou que, "face à recusa do sr. Barroso em proceder a uma redistribuição dos pelouros, não restava outra solução senão o voto contra".

Também o presidente da Delegação Socialista Portuguesa, António Costa, considerou que as exigências do Parlamento Europeu em querer uma redistribuição dos pelouros são legítimas e disse haver várias razões para que os eurodeputados socialistas portugueses votem contra a Comissão proposta por José Barroso.

Entre elas está o facto de não estarem esclarecidas as dúvidas do PE quanto aos



possíveis conflitos de interesses que envolvem a comissão indigitada Neelie Kroes, e da competência em relação a Ingrida Udre, indigitada para a Fiscalidade e Stavros Dimas para o Ambiente.

Mas o caso mais flagrante é o do italiano Rocco Buttiglione, que tem manifestado posições muito polémicas em relação a questões como a política de asilo, a homossexualidade e o papel das mulheres

na sociedade.

Para António Costa, "as recentes declarações de Buttiglione sobre as mães solteiras, o papel da mulher no casamento e a homossexualidade definem-lhe um perfil

que o torna incompatível com o exercício das funções para as quais foi escolhido". Costa lembrou também que Rocco Buttiglione, quando fez parte do Governo de Silvio Berlusconi, recusou-se de forma sistemática a transpor legislação fundamental no domínio do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, designadamente a Decisão-Quadro que cria o mandato de captura europeu.

No dia anterior ao da votação, ao intervir no plenário de Estrasburgo perante José Barroso, Costa sublinhou que a questão é saber qual a base política com que o presidente da Comissão parte para os próximos cinco anos. "Sem o apoio sólido do Parlamento Europeu, a Comissão será sempre fraca", disse, aconselhando Barroso a acatar as sugestões do Parlamento relativamente às pastas a atribuir aos comissários.

Nas audições aos comissários indigitados, os eurodeputados portugueses foram particularmente participativos, contribuindo para que o Parlamento Europeu conhecesse melhor o perfil dos futuros responsáveis pelas diversas pastas na Comissão Europeia.

PP

ANTÓNIO COSTA

FUNDOS COMUNITÁRIO DEVEM DIRIGIR-SE PARA OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA DE LISBOA

Os Fundos Comunitários deveriam estar muito concentrados nos objectivos da Estratégia de Lisboa, de forma a que a União Europeia conseguisse, de facto, tornar-se a economia mais desenvolvida do mundo com base no conhecimento, afirmou o eurodeputado António Costa num colóquio promovido pela UGT sobre o futuro da Europa.

O líder da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, considerou que, para que a Estratégia de Lisboa seja um sucesso, tem de estar articulada

com os outros instrumentos políticos e financeiros da União Europeia. Neste sentido, os Fundos Comunitários precisam de estar concentrados nas prioridades políticas e nos objectivos que ficaram estabelecidos na Cimeira de Lisboa, designadamente quanto às metas a atingir a nível do investimento em investigação e inovação, educação e formação.

O eurodeputado considera, por isso, que não tem qualquer sentido haver cortes naquelas áreas, até porque "o Pacto de

Estabilidade e Crescimento terá cada vez mais a ver com a qualidade da despesa, que é precisamente a que concorre para a realização dos objectivos de Lisboa". No colóquio promovido pela UGT, moderado pelo seu secretário-geral, João Proença, participaram também, entre outros, o comissário António Vitorino, o presidente da Confederação Europeia dos Sindicatos e o da central sindical congénera espanhola e representantes do PSD e do PCP no Parlamento Europeu.

PAULO CASACA

GOVERNO ACUSADO DE PREJUDICAR PRODUTORES DE LEITE DOS AÇORES

O Governo do PSD/PP foi o responsável pelo "efeito devastador" da impossibilidade de dezenas de famílias colocarem o leite junto dos compradores sem pagar as multas, tendo outras sofrido processos de penhora mandados instaurar pelo Ministério da Agricultura, acusa o eurodeputado Paulo Casaca.

Por esta razão, Paulo Casaca pretende que a Comissão Europeia esclareça "se impediu ou impede o Governo português de devolver aos agricultores o dinheiro que lhes foi cobrado abusivamente", já que o ministro da Agricultura invocou recentemente a necessidade de haver uma autori-



zação das instâncias europeias para poder devolver o dinheiro aos produtores afectados.

Em causa está o facto de uma incorrecta aplicação, por parte do Governo da República, de um Regulamento comunitário que concede apoios específicos ao leite açoriano, que fez com que os produtores do arquipélago, especialmente das ilhas de S. Miguel e do Pico, tivessem de suportar o pagamento indevido de multas por um excesso de produção de leite que apenas diz respeito ao continente. O eurodeputado pediu ainda explicações sobre as medidas que a Comissão Europeia tenciona tomar para repor a legalidade neste caso e para evitar a repetição de situações semelhantes no futuro.

EURODEPUTADOS QUEREM SABER DAS AJUDAS PARA COMPENSAR PREJUÍZOS DOS INCÊNDIOS

Os eurodeputados socialistas portugueses querem saber quais os instrumentos de política comunitária de desenvolvimento rural actualmente disponíveis para auxiliar a recuperar as áreas devastadas pelos incêndios, que verbas possuem e que níveis de execução financeira apresentam.

Numa carta enviada à Comissão Europeia assinada por António Costa, Capoulas Santos, Paulo Casaca e Jamila Madeira, os eurodeputados lembram que a destruição de centenas de milhares de hectares de terra agrícola, de habitações rurais e de floresta constitui "uma catástrofe de dimensão europeia", em relação à qual "pouco ou nada foi feito".

Neste contexto, os eurodeputados questionam a Comissão sobre quais os pedidos que as autoridades portuguesas fizeram à União Europeia para reforçar os instrumentos de política comunitária, como o FEOGA-Orientação, FEOGA-Garantia ou o Fundo de Solidariedade ou para a criação de novos instrumentos.

Os eurodeputados pretendem também saber se e quando foram apresentados novos pedidos de apoio e qual a resposta da Comissão Europeia.

GUTERRES EM CINCO PAÍSES ATÉ JANEIRO DE 2005

Estados Unidos, Colômbia, África do Sul e Índia, são os países onde o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, estará até ao final do ano para participar em diversas iniciativas.

Depois dos Estados Unidos, onde terá encontros com representantes do Partido Democrata e participa numa conferência na Universidade de Georgetown sobre "Perspectivas do parlamentarismo e do presidencialismo na América do sul", Guterres estará presente no Fórum Ibero-Americano, em Cartagena de las Índias, na Colômbia, de 28 a 30 deste mês.

De 12 a 17 de Novembro irá presidir a uma reunião do Conselho da Internacional Socialista na África do Sul e em meados de Dezembro terá conversações com o Partido do Congresso, em Nova Deli, Índia, para preparar uma eventual adesão daquele partido à Internacional Socialista.

Em Janeiro, Guterres estará em Porto Alegre, no Brasil, para participar em mais uma reunião do Fórum Social Mundial.

SAMPAIO BENQUERENÇA

Nunca saberemos as razões subjectivas que motivaram a decisão presidencial que agora nos prejudica quotidianamente em áreas diversas das nossas vidas. Podemos especular que "O Inimigo Público" terá tido razão quando intitulou a notícia sobre a semana fatídica com a frase lapidar de que "Sampaio afinal não mudou de opinião, teve foi uma opinião diferente todos os dias".

Santana Lopes, o primeiro-ministro escolhido pelo Presidente Sampaio, teve a brilhante ideia de sugerir que docentes façam assessoria a juizes. Sim, para o Dr. Santana, munido daquele espírito visionário que o tem transformado numa personagem inesquecível e irrepelível da história política do país, está encontrada a fórmula para resolver com uma paulada dois problemas que muito preocupam os portugueses: transferir professores com horário zero para fazerem a assessoria a juizes. Santana Lopes considera que esta



MARK KIRKBY

seria uma «gestão integrada de recursos humanos da administração». O primeiro-ministro falava na abertura das Jornadas da Competitividade, em Lisboa. «Se há professores no Ministério da Educação com horário zero, porque não podem assessorar juizes no Ministério da Justiça?», defendeu Santana. Brilhante. E porque não pô-los a auxiliar os médicos dos hospitais públicos nas cirurgias efectuadas ao abrigo do programa de combate às listas de espera? Ou mesmo a auxiliar serventes de pedreiro nas obras públicas em atraso? Mais ideias?

Independentemente das santanices que se repetem a um ritmo talvez para alguns, mas poucos, completamente inesperado, há um facto que parece hoje inofismável. A história deste Governo, ao fim de 100 dias de governação, é uma história triste mas, pior, é como uma crónica de uma morte anunciada. Todos os defeitos que têm sido ampla e generalizadamente apontados ao Governo de Santana Lopes e, muito em particular, ao próprio Santana Lopes, são, afinal, defeitos, fragilidades, incompetências, obsessões, de que as pessoas já tinham consciência e, sobretudo, conhecimento empírico, no momento em que o Presidente Sampaio resolveu confiar no Dr. Santana para chefiar os destinos do país: falta de consistência política, obsessão com a imagem pública, maquiavelismo nos processos, populismo governativo, falta de sentido de Estado, de interesse público, de um projecto de governo, qualquer que seja. Parece portanto estranho. O que terá levado o Presidente da República, senhor com largos anos de experiência política, a caucionar a indigitação para o cargo de primeiro-ministro de uma pessoa que, para além de carregar com espalhafato o lastro da sua insustentável leveza no plano cívico – as suas intervenções cívicas mais relevantes foram a vitória sobre Torres Couto no *quiz show* "A Cadeira do Poder" e os comentários desportivos no papel de comentador de futebol ao serviço do Sporting –, já havia dado provas irrefutáveis de que "não tem jeito" para assumir responsabilidades executivas: deixou o Sporting nas ruas da amargura, atolou a Câmara da Figueira da Foz em dívidas, tendo como obra para mostrar pouco mais dos que uns passadiços de praia e umas quadras de voleibol de areia, foi o pior presidente da Câmara Municipal de Lisboa de que há memória desde o 25 de Abril, conseguindo, no escasso período em que assumiu funções, fazer esquecer definitivamente essa catástrofe municipal que deu pelo nome de Cruz Abecassis.

Porquê? Porque é que em nome de uma estabilidade que, como se vê, é apenas virtual, se condena um país, já de si amargurado, a mais dois anos e meio de marasmo e de errância governativa? Nunca saberemos as razões subjectivas que motivaram a decisão presidencial que agora nos prejudica quotidianamente em áreas diversas das nossas vidas. Podemos especular que "O Inimigo Público" terá tido razão quando intitulou a notícia sobre a semana fatídica com a frase lapidar de que "Sampaio afinal não mudou de opinião, teve foi uma opinião diferente todos os dias". Mas, meus amigos, há uma sensação que assombra muitos os que derradeiramente confiaram, até então, no Presidente da República: todos viram o golo entrar na baliza menos ele. Se calhar estava mal posicionado. São as regras do jogo.

País Relativo

NOVOS LÍDERES FEDERATIVOS

JOAQUIM MORÃO EM CASTELO BRANCO E FERNANDO RODRIGUES EM VILA REAL

A entrada no Secretariado Nacional de Fernando Serrasqueiro e Ascenso Simões teve como consequência imediata, nos termos dos estatutos do partido, alterações ao nível das responsabilidades federativas. Assim, Joaquim Morão, presidente da Câmara Municipal albacastrense, é o novo líder interino da respectiva estrutura socialista até à realização do congresso distrital, em substituição de Fernando Serrasqueiro, que passou a assumir a pasta das finanças internas do partido. Já Ascenso Simões, o novo responsável pela administração do PS, verá o seu lugar de líder federativo em Vila Real assegurado pelo presidente da Câmara de Monchique e da Concelhia de Montalegre, Fernando Rodrigues.



Novo Secretariado em Vila Real

A Comissão Política Distrital do PS de Vila Real aprovou por unanimidade a indigitação de Fernando Rodrigues, presidente da Câmara de Monchique e

da Concelhia local do PS, para novo líder da distrital.

O Secretariado da Federação, por sua vez, foi alterado na sua composição sob proposta do novo líder.

Com apenas um voto em branco foi aprovada a lista para este órgão que é

agora integrado pelos camaradas Altamiro Claro, Luís Fontes, Fernando Moreira, Aline Caetano, Paula Barros, Paulo Pinto, Helena Rodrigues, Maria Clara Guerra, António Martinho, Carlos Silva, Rui Santos, Helena Gil Coutinho, Gil Guedes e Luís Azevedo.

PS/BAIÃO ANALISA CONCELHO

EDUCAÇÃO AO NÍVEL DO TERCEIRO MUNDO

As condições físicas dos estabelecimentos de ensino do primeiro ciclo do concelho de Baião "dão a sensação de que estamos no Terceiro Mundo". A denúncia é feita pelo PS/Baião que ao longo dos últimos três meses elaborou um inquérito aos docentes de 38 escolas da área do município e concluíram que as "péssimas instalações" existentes fomentam as elevadas taxas de insucesso e abandono escolar registadas. É que, frisam, metade das crianças de Baião não completa o ensino obrigatório

e em 308 autarquias, esta é a que apresenta a segunda maior taxa de saída precoce (72 por cento).

Apontando directamente responsabilidades ao Governo pelo desinvestimento na educação, José Luís Carneiro considera mesmo criminosa a situação que se vive neste concelho do Porto.

"Aquilo que se passa no concelho é um crime contra as novas gerações", afirma o vereador socialista da Câmara de Baião que deu a conhecer os resultados do estudo: "81,6 por cento dos inquiridos

consideram o material didáctico mau ou muito mau; 42,1 dizem que os espaços lúdico-desportivos são maus ou muito maus; 86,8 classificam a situação em termos de acção social escolar má ou muito má".

Por outro lado, os socialistas de Baião garantem não ter encontrado nenhuma criança que beneficiasse de apoio para a aquisição de livros escolares, enquanto outros dados citados indicam que 50 por cento das crianças não têm transporte e precisam.

CEM DIAS DE AUSÊNCIA DO GOVERNO NA GUARDA

O PS/Guarda acusou o Governo "recauchutado" da maioria PSD/PP de nestes cem dias de "desgovernação" ter estado "pura e simplesmente ausente" no distrito, nomeadamente no que respeita à implementação da Escola Superior de Saúde, modernização da linha da Beira Baixa, construção dos quartéis da GNR e da PSP na Guarda, construção do IP2 a norte do distrito, novas instalações da Repartição de Finanças, e combate ao desemprego e à crise social que grassam na região.

Ao contrário, acusam os socialistas, o Governo tem estado presente no aumento dos impostos, na implementação de portagens e na constante discriminação do interior.

Num comunicado, a Federação socialista da Guarda manifesta, por outro lado, a sua total oposição à construção da barragem de Foz Côa, porque considera que o Património da Humanidade - gravuras rupestres do Côa - "é um valor em si mesmo e um instrumento de desenvolvimento sustentado mais

eficaz do que qualquer barragem". Os socialistas da Guarda reafirmam ainda a sua "total oposição" às portagens na A23 e na futura A25, por não haver "itinerários alternativos que ofereçam condições de acessibilidade e de segurança mínimas aos utentes". Por último, o PS da Guarda exige para o distrito um hospital público, sem ser pago pelos utentes como prevê o Governo, mas através do Orçamento do Estado "à semelhança do que tem acontecido noutras regiões do país".

Breves

GRUPO PARLAMENTAR

A ausência de orientação estratégica da tutela e a mudança permanente de responsáveis e de orgânicas de governo, têm prejudicado fortemente a planificação e a concretização do Quadro Comunitário de Apoio para o Alentejo, onde coexistem programas fortemente deficitários e outros largamente excedentários, num contexto de bloqueio do debate necessário sobre o futuro pacote financeiro e às prioridades a contemplar na sua negociação. Esta a conclusão principal emanada da reunião entre os **deputados socialistas pelo Alentejo** Carlos Zorrinho (Évora) Luís Miranda (Beja) e Miranda Calha (Portalegre), com o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo, João Transmontano, que se realizou no passado dia 18.

Os deputados do PS eleitos pelo círculo do Porto criticaram, no passado dia 18, a introdução de portagens em vias urbanas, nomeadamente na Estrada Regional 1.18, em Gaia, cuja inauguração está prevista para 15 de Novembro. "O Governo aproveita esta via urbana, embora com perfil de auto-estrada, para portajar", denunciou Renato Sampaio.

O **GP/PS**, apoiado pela Federação Algarve e a Concelhia farense, promoveu uma audição pública sobre "Faro Capital Nacional da Cultura" em que ficou vinculada a urgente necessidade de um "debate sério" em torno desta matéria. Esta iniciativa dos governos socialistas, que estava prevista para este ano, mas que só será executada em 2005, "não poder ser um mero conjunto de eventos sem continuidade, sem forma, sem substância nem conteúdo", defendem os deputados do PS, que com esta auscultação visam contribuir para a existência de políticas culturais "cada vez mais exigentes nos planos locais, concelhio, regional e nacional".

O **deputado socialista Carlos Luís** participou no Encontro de Sindicalistas Conselheiros das Comunidades e Dirigentes Associativos na Europa, que decorreu no Luxemburgo. Este encontro teve como objectivo identificar as carências e problemas sociais dos portugueses no espaço da União, elaborar as conseqüentes reivindicações e debater a evolução do espaço comunitário após o seu último alargamento.

FEDERAÇÕES

"Reflectir para Agir" foi o *slogan* encontrado para as Jornadas da Educação promovidas pela **Federação do PS de Santarém**, em Vila Nova da Barquinha, onde o deputado socialista Luís Fagundes Duarte, responsável pela condução parlamentar desta área, e os militantes analisaram a Lei de Bases do sector.

CONCELHIAS

O presidente da **Concelhia do PS/Porto**, Nuno Cardoso, denunciou a situação de "abandono e de desleixo" em que se encontra o centro histórico da cidade, acusando o autarca do PSD de "inércia". "Não houve uma única obra adjudicada no centro histórico por parte deste município", afirmou no final de uma visita à zona da Sé do Porto, admitindo que a actual situação pode levar a uma desclassificação do centro histórico português como Património Cultural da Humanidade. Nuno Cardoso alertou também para a existência de algumas dezenas de prédios municipais degradados que, "apesar dos projectos de reabilitação deixados pelo PS, não foram até hoje alvo que qualquer intervenção". "Este conjunto de problemas é fruto inequívoco do desinvestimento da Câmara do Porto no Centro Histórico", frisou.

A **Comissão Política Concelhia do PS/Tomar** reuniu-se no passado sábado para preparar a Convenção Autárquica de 2004 que se realizará no próximo dia 30 deste mês, e, nesse sentido, fazer um amplo debate sobre alguns dos contributos que os socialistas pretendem dar para a reformulação do Plano Estratégico local, numa lógica centrada nas pessoas, nas famílias e no apoio aos sectores mais frágeis da sociedade tomarense.

Os montijenses receiam pelo futuro do hospital local e o presidente da **Comissão Política Concelhia do PS/Montijo** responsabiliza o novo director desta valência de saúde pela situação, desafiando-o, em carta aberta, a "explicar com clareza aos utentes o que pretende a tutela". Segundo o camarada José Bastos, severos cortes orçamentais, falta de médicos e enfermeiros, bem como o encerramento de algumas zonas hospitalares são factos que não auguram nada de bom ao Hospital do Montijo, pelo que urge esclarecer sobre as medidas a tomar.

AUTARQUIAS

O **PS venceu** as eleições intercalares na freguesia de Cepos, Arganil (Coimbra), conseguindo reunir cerca de 60 por cento dos votos sufragados. Armando Cubanco, que se recandidatou na lista do PS, vai agora completar o terceiro mandato na presidência da Junta de Freguesia de Cepos.

Com um investimento total de quatro milhões de euros, o concelho da Amadora terá, a partir do início de 2006, uma Biblioteca Municipal, o jardim envolvente deste espaço cultural requalificado e um novo anfiteatro. Com as obras aprovadas, o **presidente da Câmara, o socialista Joaquim Raposo** considerou que este novo espaço "constitui, acima de tudo, a realização de um sonho antigo" e o passo seguinte será, adiantou, "a constituição de uma rede de pequenas bibliotecas que se sirvam desta como base de apoio".

Os socialistas da Nazaré acusaram o executivo camarário local (PSD) de ter condicionado um estudo técnico sobre a localização da futura marina,

procurando encontrar argumentos a favor da instalação a Norte do porto de abrigo.

A líder do **PS/Nazaré**, Isabel Vígia, em declarações à Imprensa, acusou o presidente da Câmara de ter realizado um estudo de incidências ambientais sobre a marina que "não era necessário", visando com isto fazer "propaganda eleitoral". Em comunicado, o PS denunciou aquilo que considera "uma tentativa de apadrinhar uma solução para a localização da marina, sem estar devidamente fundamentado em questões ambientais". A conclusão a que se chega é que o estudo técnico "parece encomendado" e "não revela isenção na sua elaboração, conclusões e recomendações".

Os **vereadores socialistas da Câmara da Maia** garantem que o Governo está a "abafar" os "resultados arrasadores" do relatório do Tribunal de Contas elaborado após a fiscalização dos projectos realizados ao abrigo de Programas de Habitação Social do concelho. Segundo o camarada Jorge Catarino, o dinheiro reunido com recurso à venda de rendas municipais à banca não se destina à habitação social, mas a pagar dívidas aos empreiteiros, uma vez que "há casas prontas que a Câmara não pode entregar porque não tem dinheiro para as pagar". "Das 1517 casas sociais contratualizadas com o executivo de António Guterres e que deveriam estar prontas em 2000, há 375 fogos para os quais não há terreno nem projecto", denunciou.

Autarcas socialistas de Abrantes percorreram, no passado dia 12, o troço da Estrada Nacional 2 que atravessa a cidade, ligando a A23 à margem Sul do Tejo, numa chamada de atenção para a urgência da construção do Itinerário Complementar 9 (IC9). O presidente da Câmara de Abrantes, o socialista Nelson Carvalho declarou perante os jornalistas ser "inadmissível" que uma obra incluída no Plano Rodoviário Nacional em 2000 continue em fase de elaboração do estudo prévio sem qualquer previsão de concretização. "Vamos fazer apenas o percurso urbano para mostrar como a via está em cima das casas, sem passeios, sendo as pessoas confrontadas directamente, assim que saem de casa, com uma estrada de trânsito de dimensão nacional", explicou para depois frisar que existe "uma pressão enorme sobre as pessoas, além do estrangulamento na circulação automóvel".

Os **vereadores socialistas de Coimbra** querem que o presidente da autarquia Carlos Encarnação, do PSD, explique o que se passa com o Estádio Sérgio Conceição, que consideram ser "um verdadeiro elefante branco". Os autarcas do PS exigem, em requerimento, que se confirme o desminta definitivamente se os terrenos onde foi construída esta infra-estrutura desportiva pertencem ou não à edilidade. No documento, os socialistas alertam igualmente para "a realidade financeira assustadora da maioria dos clubes do concelho", criticando ainda a aplicação do Regulamento Desportivo Municipal e a "má gestão" do processo relativo ao negócio do Euroestadium para a construção das piscinas.

Agenda

SECRETÁRIO-GERAL

27 de Outubro – O secretário-geral do PS, José Sócrates, reúne-se com a direcção da Associação Industrial Portuguesa, que lhe apresentará as linhas de força do seu documento sobre competitividade.

28 de Outubro – 11h00 – O líder socialista reúne-se com cientistas no Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto.

3 de Novembro – Sócrates reúne-se com os presidentes das federações do PS, na sede nacional do partido, no Largo do Rato.

13 de Novembro – José Sócrates estará presente no jantar de apresentação do candidato socialista à Câmara Municipal de Santarém, no CNEMA.

20 de Novembro – 18h00 – O secretário-geral do PS estará em Aveiro para encerrar a Convenção Autárquica Distrital, cujos trabalhos serão abertos por Jorge Coelho.

PELOURO AUTÁRQUICO

30 de Outubro – 14h00 – Jorge Coelho preside à cerimónia de abertura da Convenção Autárquica Concelhia de Tomar, na Biblioteca Municipal.

13 de Novembro – Jorge Coelho participa na Convenção Autárquica Concelhia da Azambuja.

14 de Novembro – Apresentação do candidato do PS à Câmara Municipal de Arganil, com a presença do coordenador autárquico.

15 de Novembro – Convenção Autárquica Concelhia da Guarda.

FEDERAÇÕES

27 de Outubro – 21h00 – A Federação Distrital de Santarém do PS promove, no auditório municipal de Almeirim, o segundo encontro das Jornadas da Educação "Reflectir para Agir", com a participação de Augusto Santos Silva.

29 de Outubro – A Comissão Federativa da Guarda reúne-se, pela primeira vez depois do XIV Congresso Nacional do PS, para discutir a actualidade político-partidária a nível nacional e distrital.

3 de Novembro – 21h00 – A Comissão Política da Federação do PS do Baixo Alentejo reunirá, na Biblioteca Municipal de Cuba, com a presença do presidente da bancada parlamentar socialista, António José Seguro.

CONCELHIAS

30 de Outubro – O PS e a JS de Tomar organizam, conjuntamente, um jantar-debate sobre habitação, que contará com a presença do secretário-geral da Juventude Socialista, Pedro Nuno, e da deputada Leonor Coutinho.

GOVERNO LOPES – 100 DIAS E JÁ FORA DE MODA

O estilo Lopes é incompatível com a serenidade, a coordenação de equipas, a ponderação entre interesses contraditórios e a capacidade de olhar para lá do virar da esquina que são exigidas a quem é primeiro-ministro.

O Governo de Santana Lopes está refém do pecado original da falta de legitimidade, prisioneiro da falta de credibilidade do primeiro-ministro para assumir o discurso que os analistas e o povo de direita acham adequado à função e martirizado pela hesitação edipiana entre cuidar da magra herança de capital político legada por Durão Barroso e Ferreira Leite ou matar de vez tão incómodos pais.

Santana Lopes é do tipo de político impetuoso que só sobrevive com o cheiro a pólvora do combate permanente e a adrenalina do próximo desafio. É óbvia a simpatia com o Portas jornalista caçador de cabeças (quase sempre do PSD...) ou a empatia com a truculência jardinista. Tanto quanto o enfado com o calculismo frio de Cavaco Silva, o cinismo pleno de sentido de oportunidade de Durão Barroso ou com tecnocratas que não sabem ganhar eleições.

Só que o estilo Lopes é incompatível com a serenidade, a coordenação de equipas, a ponderação entre interesses contraditórios e a capacidade de olhar para lá do virar da esquina que são exigidas a quem é primeiro-ministro.

Lopes desiste sempre, enquanto corre para o próximo obstáculo. Foi assim na infância política contra Balsemão e Mota Pinto, tal como ficou frustrado e desconfiado do tom austero de Cavaco.

Foi assim na Secretaria de Estado da Cultura, foi assim no Sporting, onde liderou meses com efeitos desastrosos que se sentiram ao longo dos anos.

Surpreendeu na Figueira da Foz só por completar o mandato, ainda que em espera para a candidatura a Lisboa. A factura está por pagar, mas confortou a crise de auto-estima da pequena cidade balnear saudosa do encanto dos tempos das fortunas de volfrâmio e do abrigo para espanhóis ricos em tempo de guerra.

Em Lisboa o inesperado foi a vitória, desde aí repetiu-se o padrão: mais de cem milhões de euros de dívidas, a cedência ao velho desejo de fazer em Lisboa o maior casino popular da Europa livre dos constrangimentos neoriscocráticos do velho Estoril, fechou o Parque Mayer e a Feira Popular à espera de negócios imobiliários, destruiu a política cultural, de defesa do património e de reinserção social dos executivos Sampaio/Soares e lançou a maior operação de propaganda jamais feita por um pré-candidato à Presidência da República.

A saída de Barroso foi um precalço inesperado, uma oportunidade única, impensada, não desejada, a que teve de se entregar sem paixão carregado de sentido de Estado, abandonando por dez anos o sonho de Belém.

A falta de preparação ou o incómodo das políticas não devem surpreender os socialistas, que têm sobretudo de procurar evitar o erro já várias vezes cometido de subestimar a eficácia do apelo santanista, sobretudo em sectores que respondem a estímulos que escapam à clássica dicotomia direita/esquerda, como entre os abstencionistas, os jovens ou o eleitorado feminino urbano.

A pior miragem é a de se apostar na queda antecipada do Governo, no emendar de mão por Sampaio forçando eleições antecipadas ou especular sobre pretextos para Santana Lopes provocar eleições vitimizadas-se.

Ao PS cabe demonstrar a solidez e consistência da alternativa de governação progressista que harmonize crescimento económico com competitividade e justiça social. Quanto a Santana Lopes, por enquanto, o maior castigo é mesmo obrigá-lo a governar... para que fique claro que não sabe, não gosta, e dá tudo por uma escapadela a uma qualquer Moda Lisboa.



EDUARDO CABRITA

Opinião

GALAMBA DENUNCIA

GOVERNO QUER DESCREDIBILIZAR SONDAJENS ADVERSAS À DIREITA

António Galamba acusou o ministro dos Assuntos Parlamentares de pretender alterar a lei das sondagens para "descrédibilizar" os estudos de opinião "adversos" à maioria de direita.

Em requerimento dirigido a Rui Gomes da Silva, o deputado do PS exige saber "quais as razões que determinam a intervenção do Governo em relação à lei das sondagens".

Segundo Galamba, a posição assumida pela tutela "constitui uma censura ao passado profissional do primeiro-ministro e ao titular da pasta da Defesa, que estiveram envolvidos na empresa

Amostra da Universidade Moderna". O parlamentar socialista declarou depois "estranhar que o alvo público" da intervenção do ministro "seja a empresa Eurosondagem (que tem entre os seus responsáveis o dirigente socialista Rui Oliveira e Costa), com nome e prestígio no mercado nacional".

António Galamba estranhou ainda que Rui Gomes da Silva nada tenha dito sobre as sondagens da empresa IPOM, "propriedade de um dirigente do PSD de Gaia, que sistematicamente divulga estudos de opinião sem correspondência com os resultados eleitorais registados

nas urnas de voto".

Segundo Galamba, a intervenção do titular da pasta dos Assuntos Parlamentares "prefigura uma intervenção numa lógica político-partidária com o objectivo de descrédibilizar sondagens de opinião adversas às expectativas dos partidos da maioria".

O deputado do PS criticou ainda Gomes da Silva por ter "uma visão sectária da realidade", inserindo-se a sua intervenção "numa estratégia que procura condicionar instrumentos de formação da opinião, sejam eles comentadores políticos ou estudos de opinião".

CARGA DE POLÍCIA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CARRANCA EXIGE EXPLICAÇÕES

A carga de polícia contra os estudantes de Coimbra, que se manifestavam na Universidade contra as propinas, motivou imediata reacção parlamentar do deputado socialista Gustavo Carranca. No requerimento, que oportunamente apresentou, o deputado

de JS considera que a acção da polícia "excedeu, em muito, o aceitável e exigível para apenas preservar a ordem pública". Neste pressuposto, as perguntas que dirige ao Ministro da Administração Interna vão no sentido de, nomeadamente, se apurar a

existência ou não de excessos por parte das forças policiais, de onde partiram as ordens para o uso de polícia de choque contra os estudantes e se haverá um inquérito aos acontecimentos para determinar procedimento disciplinar aos agentes envolvidos.

FINANÇAS

MANOBRAS DE ENGENHARIA E EMPRÉSTIMOS EM "OFF-SHORE" PREOCUPAM PS

Perante a possibilidade de se estar preparar a transferência de algumas participações do Estado em empresas públicas ou de capitais públicos para a Parpública como contrapartida de entrada de receita no Orçamento para 2005, o deputado socialista Fernando Serrasqueiro requereu ao ministro das Finanças que confirme ou desminta tal pretensão do Governo.

A confirmar-se esta situação, ela configura "uma manobra de engenharia financeira" cujo único objectivo, frisou, "é reduzir o défice através dum acto

criativo sem qualquer conteúdo real".

Assim, Serrasqueiro alerta, em requerimento, para as consequências de tais procedimentos, que, a serem concretizados, degenerarão num claro descontrolo das participações por parte do Estado e na passagem do poder de tutela, que a este deve pertencer, para terceiros, ou seja, para a administração da Parpública.

Num documento anteriormente entregue na mesa da Assembleia da República, o deputado questionou também o ministro das Finanças sobre o financiamento da

Refer por uma empresa sediada em *off-shore*.

Fernando Serrasqueiro pretende saber quando custou a montagem deste operação e qual a razão porque foi autorizada, inquirindo ainda sobre quais as empresas públicas que nos últimos três anos recorreram a empréstimos junto de empresas sediadas em paraísos fiscais. O parlamentar socialista desafiou ainda Bagão Félix a esclarecer se "é orientação do seu ministério continuar a avarizar situações deste género".

CULTURA

SOCIALISTAS QUEREM AUDIÇÕES PARLAMENTARES PARA CASOS DE ORQUESTRAS DAS BEIRAS E LISBOA

A extinção da Orquestra Filarmónica das Beiras e o conflito aberto que se mantém em torno da Orquestra Metropolitana de Lisboa motivou o pedido, por parte da deputada socialista Manuel Melo, da "realização urgente de audições" em sede de Comissão Parlamentar de

Educação, Ciência e Cultura, de todos os agentes envolvidos.

Manuela Melo manifestou a preocupação socialista pelos graves problemas que afectam estes dois projectos culturais "marcados por objectivos de descentralização e criação

de novos públicos" e apontou para o facto de nos dois casos haver uma participação financeira substancial do Ministério da Cultura que, entretanto, criticou, "ainda não divulgou a sua posição sobre a gravidade destas situações".

INCÊNDIOS 2004

MEDIDAS SOCIAIS ATRASADAS POR INEFICÁCIA DO GOVERNO

A bancada parlamentar socialista exige que o primeiro-ministro e o seu ministro da Segurança Social, Família e Criança expliquem os atrasos e a ineficácia do Executivo em concretizar as medidas sociais de "emergência" que foram

anunciadas como prioritárias há mais de dois meses, com vista a apoiar as vítimas dos incêndios florestais deste ano.

Em requerimento subscrito pelos deputados José Apolinário, Rui Cunha, Carlos Zorrinho, Zelinda Semedo, Luis

Miranda, Teresa Venda, Maria do Rosário Carneiro, Luis Carito e Vitor Neto, o PS quer que Santana Lopes e Fernando Negrão digam para quando serão, afinal, os apoios sociais anunciados pelo Governo em 19 de Agosto último.

NASCIDO A 4 DE OUTUBRO

Há um novo capítulo que é inaugurado na história do Partido Socialista a partir de 4 de Outubro. Esta data assinala o dia seguinte de um período de balanços, debates, lutos, campanha interna, eleição e consagração de um novo secretário-geral.

Estamos todos num caos de embarque por isso é o futuro e o novo horizonte político que os dirigentes e todos os militantes do PS devem fixar. Há que escolher o nosso lugar no navio — refiro-me exclusivamente ao grau de empenhamento individual e não a cargos em órgãos dirigentes — mas mais importante do que isso é a bagagem que iremos transportar. Do meu ponto de vista, há coisas de que não podemos prescindir, sob pena de nos correr mal a viagem.

Há que levar as heranças e as lições adquiridas nos dois anos mais longos e mais trágicos da vida do PS, sob a liderança de Ferro Rodrigues. Em matéria de aprendizagens, como já alguns bem expressaram, a mais importante diz respeito ao imperativo de unidade interna sempre que o PS for alvo de ataques que fragilizem a sua acção política e atentem à dignidade dos seus dirigentes. De igual modo fundamental, será a apresentação de um discurso claro com propostas políticas alternativas demarcadas de populismos e conteúdos vagos.

Quanto a heranças, entendo que tanto a Declaração de Princípios do Partido Socialista como as alterações estatutárias, aprovadas no Congresso de 2002, constituem um património que José Sócrates e a nova equipa dirigente devem ter sempre presentes nas linhas de acção a definir. Na Declaração de Princípios temos a actualização do cartão de identidade do PS, enquanto um partido de esquerda com uma matriz de pensamento

HELENA VILAÇA

renovada e uma atitude de abertura à sociedade portuguesa. Na revisão estatutária encontram-se as directrizes necessárias — certamente não suficientes — para a modernização interna. Apesar da conjuntura atribulada destes últimos dois anos, os primeiros passos foram dados, sendo por isso indispensável dar continuidade a esse processo.

A bagagem também deverá incluir a experiência dos últimos três meses: a apresentação de candidatos à direcção do PS, os seus programas e a campanha eleitoral. Um partido está longe de representar um grupo homogéneo. Há dentro dele tendências várias que o tornam tanto mais rico quanto maior a capacidade de estabelecer o encontro entre as diferenças. Cabe aos vencedores, às maiorias conjunturais, a responsabilidade de não ignorar a importância, mais simbólica do que estatística, dos perdedores. Se os que saem minoritários reduzirem a sua acção partidária a um espírito de contra, correm o risco de se fecharem sobre si mesmos, auto-excluindo-se.

Depois de um período em que foi intensamente publicitado pelos meios de comunicação social, o PS tornou-se mais público. Sabemos que ao chegar mais próximo dos portugueses, num momento de profunda crise política, económica e social, o PS subiu também a fasquia das expectativas. A responsabilidade é grande. Espero que o nosso Secretário-Geral José Sócrates, com o apoio e a mobilização de todos militantes socialistas, desenhe com nitidez o rumo da viagem.

A GRANDE JOGADA DE MARCELO

O caso Marcelo Rebelo de Sousa assumiu proporções tão graves que nem aqueles que lançaram deliberadamente a confusão, sejam lá quem forem, estariam conscientes das consequências surgidas. De facto, começa a ser preocupante a forma como surgem inúmeras polémicas em Portugal e como proliferam nos órgãos de comunicação social, como se fala e comenta sobre hipóteses, onde surgem os cenários mais absurdos e hilariantes. Começa a ser insuportável este clima de críspação constante vivido no nosso país, onde a velha máxima do "meio mundo a tramar outro meio" parece adequar-se na perfeição.

Relativamente à questão concreta, é bem mais fácil de analisar do que parece porque só há, na verdade, duas hipóteses a ter em conta: ou houve pressão política do Governo junto de um órgão de comunicação social para atingir um determinado objectivo, ou não houve. Ora, se houve pressão, não estaremos propriamente perante uma novidade, apesar de não deixar de ser uma situação grave e preocupante. Mas, tal como José António Saraiva, director de um jornal de referência como é o Expresso, questiona: "quem é que, actuando no espaço público, não sofre pressões?" Parece que o país acordou repentinamente para esta vergonha da promiscuidade entre política e comunicação social (tal como entre política e futebol). Parece que estamos a viver estas coisas pela primeira vez e dá ideia que os que têm, de facto, algum poder para acabar com tudo isto, estão genuinamente interessados em alterar este estado de coisas. Quem sofre pressões nos dias que correm, deve estar consciente disso mesmo e tentar encontrar mecanismos para contrariar tais fenómenos. Não será fugir às responsabilidades e votar-se ao silêncio que o combate a tais pressões se conseguirá vencer!! A obrigação de quem sofre pressões é denunciá-las, é levar à barra dos tribunais os seus autores. Porque em alguns casos e em determinadas circunstâncias, pressão é sinónimo de corrupção!

No caso de não ter havido pressões e tudo isto não passar de um grande equívoco, chegaremos à conclusão que Marcelo exagerou e que, como muitos dizem, aproveitou as declarações infelizes de um

Ministro de um Governo liderado por um inimigo político, para, numa encenação quase perfeita, sair por cima, como um herói, como alguém que é superior a tudo isto. A sua atitude silenciosa revela precisamente o contrário. Revela o interesse em querer "ver render o peixe", em querer andar por mais uns tempos debaixo dos holofotes da comunicação social.

É, pois, evidente que, em ambos os casos, com pressão ou sem ela, só uma pessoa em Portugal tiraria dividendos políticos com toda esta situação e essa pessoa era o próprio Marcelo Rebelo de Sousa. O facto de não querer falar e de se ter remetido a um ensurdecador, insuportável, demagógico e perigoso silêncio, provam isso mesmo: só interessa a Marcelo que este folhetim continue, que se fale muito, que se especule demais e que se levem todos os cenários e todas as hipóteses possíveis. Marcelo já deu provas que gosta disso, que gosta de ver e ouvir o país falar dele, que gosta de assistir à comunicação social a explorar os cenários criados por si próprio.

E desta vez Marcelo jogou tudo. Porque mesmo que não consiga o que quer, ser candidato a Presidente da República, conseguirá, certamente, escrever as suas memórias com o alto patrocínio de uma editora amiga, com o prefácio escrito por alguém famoso. Nessa altura, certamente, relatará o teor da conversa com o dono da TVI. No entanto, nessa altura, a democracia que todos desejamos saudável, terá sofrido mais um rude golpe, só porque alguém, por capricho, não tem vontade de falar. É por estas e por outras que eu, cidadão e telespectador, nunca perdi um minuto para ouvir Marcelo. Não me mereço, como já não me merecia, qualquer credibilidade.



LUÍS MIGUEL FERREIRA

Opinião

PROGRAMA MÍNIMO

Importa definir um programa mínimo, um conjunto de medidas que constituam um ponto de partida de um Governo do PS que se proponha construir uma alternativa ao que o poder da direita pretende consolidar. O PS não pode, a partir de agora, ser a mera interrupção conjuntural dos longos ciclos governamentais da direita.



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

O debate que marcou a campanha para a eleição do secretário-geral do Partido Socialista nem sempre se debruçou sobre questões politicamente relevantes. As mútuas recriminações ocuparam demasiado tempo e fizeram esquecer que se o PS ganhar as eleições em 2006 terá que revogar gravíssimas medidas do Governo de direita. Não deixa de ser preocupante que, em nome de um bloco central de interesses, se evite o confronto com as questões fracturantes, ou seja, com todas as medidas governamentais que nestes dois anos têm apontado para o desmantelamento do já débil Estado de bem-estar português, reconstituído

privilégios abusivos e precarizado direitos e garantias sociais. Assobiar para o lado com "choques tecnológicos" e outras receitas não é certamente a resposta adequada a este dilema. Pelo contrário, apenas revela uma inquietação indistigável em retornar ao Governo que, embora legítima, apenas pressagia futuras reedições de "orçamentos limianos" e uma gestão cinzentista do poder que acabará por criar condições para a renovação do ciclo longo dos governos de direita iniciado em 1979.

Importa definir um programa mínimo, um conjunto de medidas que constituam um ponto de partida de um Governo do PS que se proponha construir uma alternativa ao que o poder da direita pretende consolidar. O PS não pode, a partir de agora, ser a mera interrupção conjuntural dos longos ciclos governamentais da direita. E isso evita-se com medidas políticas responsáveis mas corajosas, e não com centrismos pantanosos em que a descaracterização dos princípios, a pobreza das ideias e o oportunismo carreirista são apenas a antecâmara de maiores derrotas políticas no futuro. Eis então alguns delineamentos de um programa mínimo de um Governo do Partido Socialista:

Educação - restabelecimento do projecto de revisão curricular do ensino básico e secundário elaborado pelo Governo da Nova Maioria, que foi completamente subvertido na sua estrutura básica pelo actual Governo PSD/PP; reformulação dos princípios da Lei de bases do sistema educativo que põem em causa a gestão democrática, o serviço público da educação e a autonomia das escolas.

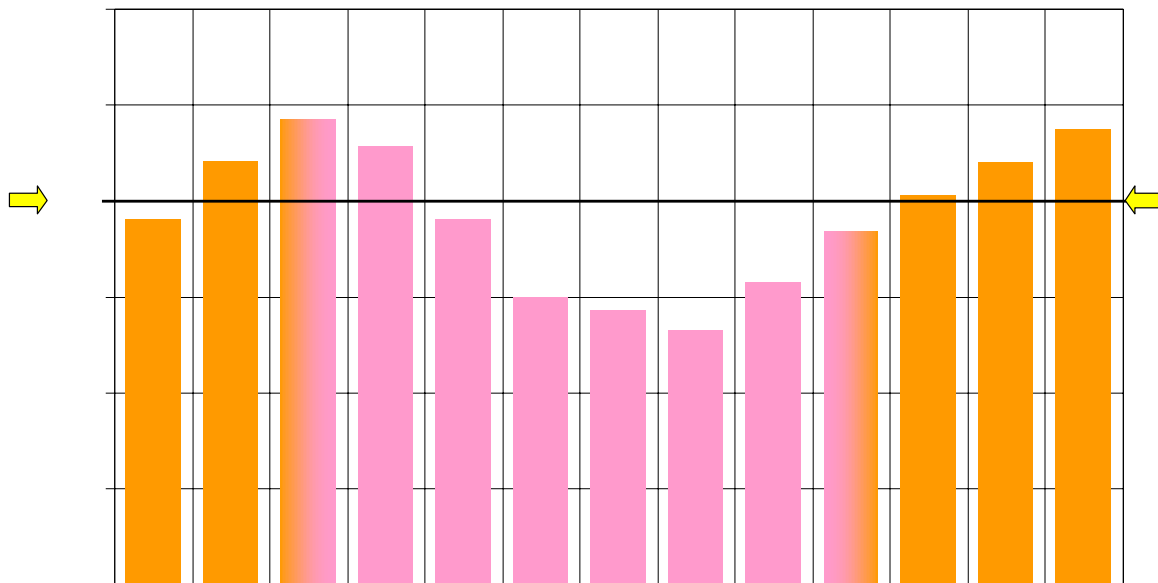
Saúde - Manter predominantemente a gestão pública dos hospitais segundo critérios de transparência e racionalidade ou nos casos de concessão aos privados introduzir regras de responsabilização pública não subordinadas à relação custo-benefício.

Segurança Social - Retomar o anterior projecto de Segurança Social do ministro Paulo Pedroso, acabar com as armadilhas dos *plafonds* contributivos que apenas contribuem para alimentar o crescimento dos fundos privados de pensão e para transformar o actual saldo do regime geral em défice futuro; estabelecer novas formas de financiamento do sistema que devem passar pelo sistema fiscal e tributário; promoção de um sistema de complementos de reforma gerido pelo sector mutualista.

Impostos - Redução das deduções e isenções que beneficiam os titulares de rendimentos mais elevados; aumento da progressividade dos impostos directos, com a redução da carga fiscal sobre os possuidores de rendimentos menos elevados; redução do peso dos impostos indirectos nas receitas tributárias, o maior factor, a par da evasão fiscal, de iniquidade do sistema fiscal português; criação de incentivos fiscais ao investimento e aumento da tributação dos patrimónios ociosos e improdutos.

Trabalho - Revogação das normas do Código de Trabalho que prevêm a caducidade dos contratos colectivos e restringem o exercício do direito à greve. Estará um Governo do PS disposto a iniciar um programa alternativo ao Governo da direita ou preferirá torpear eventuais dificuldades e passar ao lado da obra de desmantelamento dos direitos sociais que o consulado da direita lhe irá inevitavelmente legar? Não é a repetição dos Estados Gerais que poderá encobrir, a ausência de ideias, a timidez dos projectos, a falta de coragem política de enfrentar os poderosos interesses instalados num país em que a maioria da população trabalhadora desfruta dos piores salários e do nível de vida mais baixo dos países da antiga Europa dos Quinze. Valerá ou não a pena votar Partido Socialista? Só o futuro o poderá dizer.

DÍVIDA PÚBLICA PORTUGAL 1993 – 2005

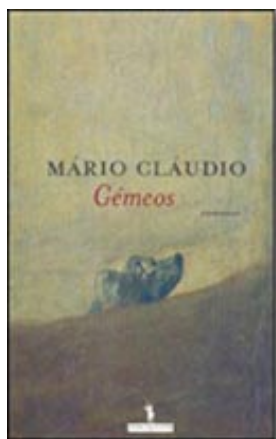


A dívida pública é um dos indicadores mais importantes do equilíbrio das contas públicas. Quanto maior for a dívida, maiores são os encargos que, em cada momento, nós transferimos para as gerações futuras e maior a despesa do Estado com o pagamento dos respectivos juros. Por isso mesmo um valor razoável de dívida (60 por cento do PIB) constitui um dos critérios da união económica ao nível europeu. Como o gráfico mostra com toda a evidência, os governos socialistas fizeram baixar a dívida; e a coligação de direita fez-la disparar de novo, assim malbaratando a boa herança que receberam.

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

GÉMEOS DE MÁRIO CLÁUDIO: UM LIVRO EXCESSIVO



Gêmeos, o recém-publicado livro de Mário Cláudio (Lisboa, Dom Quixote, 2004), encerra um ciclo de três romances cujos títulos – *Ursamaior* (2000), *Orion* (2003) – se reportam a nomes de constelações de sete estrelas.

Gêmeos é um breve romance de uma absoluta intensidade e incomodidade. A partir dos últimos anos da vida do extraordinário pintor espanhol, Goya (1746-1828), procede o autor a uma complexa e cruel reflexão sobre a velhice e os seus afectos. A morte e fantasmas de toda a natureza povoam este romance com um cunho expressionista muito intenso. Não faltam pesadelos, podridão, monstros, decrepitude, bruxas, azedume, demónios, decrepitude neste romance de sombras que não pode deixar de provocar a aparição de Raul Brandão.

Mário Cláudio ficcionaliza os últimos anos da vida de Goya, que aliás é desde logo convocado através da capa, retirado numa quinta nos arredores de Madrid, onde imagina, a partir do entrecruzamento entre as relações familiares e a experiência do envelhecimento, o estado de espírito que terá presidido à produção das obras da fantástica fase negra do pintor. Goya, já viúvo, teria aí vivido com uma amante que se lhe tornou odiosa, a qual tem uma filha, Rosário, a cujo crescimento, de menina a jovem púbere e finalmente a mulher, Goya assiste num estado de exaltação vital e de exasperação onde atracção, repulsa, enlevo, ódio, autocomiseração coabitam. Este é, portanto, um livro sobre a velhice, as suas contradições e aflições, mas também um livro sobre a arte como técnica e como mapa de uma vida. O leitor vai assistindo ao estabelecimento de relações entre vários dos quadros desta fase de Goya e os episódios vivenciais que os terão motivado, sendo particularmente curioso constatar o movimento inventivo conducente da obra à vida e não o inverso com

que estamos mais habituados a lidar.

Gêmeos, a constelação que dá o título à obra, é, como foi referido, uma constelação de sete estrelas. Estamos, pois, perante uma simbologia dupla. Se o número sete remete para a ideia de totalidade, de ciclo cumprido, por outro, *gêmeos* remete para a ideia de dualidade e contradição. Ora a experiência da velhice que Goya corporiza é simultaneamente totalidade de um percurso artístico sentido, esse sim, como plenitude: “alargava.-se a planície, acolhendo serenamente no seu seio o artista que iria morrer. (...) Mas não me aterrorizava a proximidade do fim”; e contradição entre consciência de perda, de falha, de impotência e afirmação imperiosa do desejo e da vontade, particularmente diante daquele ser em flor, Rosário, crescendo dia a dia dentro dele: “Não respondia a isto a ânsia do meu corpo, apenas o ditame da minha inteligência.”

Esta declarada impotência quer para os velhos, quer para os novos afectos femininos que povoaram ou povoam a sua vida, fará Goya descobrir novos afectos de outra natureza, envolvendo o jardineiro, o médico e sobretudo um cão, que espreita também ele desde a capa, e que o ajudará na aprendizagem da decrepitude e da morte, antecipando os funerais de Dom Beltrán, assim se chama o cão, os do próprio Goya.

Ler *Gêmeos* é, enfim, pensar e contemplar a velhice, na sua magnificência e na sua hediondez, na solidão que sempre acarreta e no vitalismo que reclama ainda os seus direitos, é ler um livro excessivo, inclusivamente na beleza. E a morte, claro, a todo o momento espreita para aparecer só no final a cortar “certeiramente o débil fio de prata.”

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o